

PORTUGAL, REPÚBLICA DO QUASE

Crónicas do último país da Europa
onde o futuro está sempre em aprovação



PORTUGAL, REPÚBLICA DO QUASE

*Crónicas do último país da Europa onde o futuro está sempre em
aprovação*

PRIMEIRA PARTE

Os Sete Relatórios de Afonso Quântico

Francisco Gonçalves

Fragmentos do Caos · 2026

NOTA FICCIONAL

No ano de 2126, o Instituto de Arqueologia Democrática de RK23-Sábio enviou o investigador Afonso Quântico à Terra para estudar uma curiosa república atlântica. Segundo os arquivos oficiais, Portugal fora uma democracia moderna, europeia, digital, sustentável e estrategicamente posicionada. Segundo os documentos que sobreviveram, passara grande parte do tempo a antecipar eleições, anunciar reformas e esclarecer acontecimentos que ninguém parecia ter autorizado.

Afonso Quântico recebeu uma missão simples: descobrir como aquele país conservara eleições livres, imprensa crítica e uma notável capacidade de sobrevivência, enquanto os governantes se revezavam na arte de confundir responsabilidade com explicação. Os sete relatórios seguintes constituem a primeira metade da investigação.

O leitor reconhecerá ecos de acontecimentos públicos. Contudo, esta é uma obra de ficção. As personagens, empresas, ministérios e diálogos são criações literárias ou composições satíricas. Qualquer semelhança com pessoas reais não é uma acusação: é, muito provavelmente, um problema da realidade.

EPÍGRAFE ORIGINAL

A democracia não é a ausência de ridículo. É o direito de o reconhecer, dizer em voz alta e substituir quem o produz.

Sumário da Primeira Parte

01 O Reino da Consciência Tranquila

Em que um Governo cai, ninguém sabe exactamente porquê e todos garantem ter agido impecavelmente

02 O Presidente que Falava Antes dos Acontecimentos

Em que Belém descobre que o silêncio é constitucional, mas não obrigatório

03 Eleições para Resolver as Eleições

Em que todos vencem, ninguém governa sozinho e a aritmética pede asilo político

04 A Entrada de Luís Montepardo

Em que a normalidade chega a passo firme e encontra o chão coberto de cascas de banana

05 Não é Não, Excepto Quando é Talvez

Em que as linhas vermelhas mudam de cor por razões de governabilidade

06 A Firma Filosofal

Em que uma empresa familiar prova que, quanto mais se explica uma actividade, menos se percebe o que ela faz

07 O Ministério das Explicações Tardias

Em que o Estado cria uma solução institucional para acontecimentos que já aconteceram

CAPÍTULO 1

O Reino da Consciência Tranquila

Em que um Governo cai, ninguém sabe exactamente porquê e todos garantem ter agido impecavelmente

Afonso Quântico encontrou o primeiro vestígio numa caixa de cartão fechada com fita vermelha. A etiqueta dizia: «URGENTE — NÃO ABRIR ANTES DA PRÓXIMA LEGISLATURA». A caixa repousara durante cento e dois anos na cave do antigo Palácio de São Bento, entre o relatório definitivo sobre a localização do novo aeroporto e dezassete versões de um plano para simplificar a Administração Pública.

O investigador passou o dedo pela poeira, activou o tradutor histórico e abriu a tampa. Lá dentro havia comunicados, agendas, mensagens parcialmente apagadas e a fotografia de um homem sorridente, de mãos cruzadas, com a serenidade facial de quem sabe que a turbulência é uma experiência destinada sobretudo aos outros. Chamava-se António Sereno e governara a República do Quase durante tempo suficiente para que uma geração de comentadores tivesse aprendido a interpretar cada movimento da sua sobrelha esquerda.

Nos arquivos, o período era descrito como a Era da Estabilidade. Isso significava que o mesmo primeiro-ministro permanecera no cargo enquanto vários ministros, secretários de Estado, directores-gerais, assessores, consultores e administradores públicos entravam e saíam pela porta lateral, geralmente acompanhados por uma declaração de confiança política que durava até ao noticiário seguinte.

António Sereno possuía uma qualidade rara: parecia sempre chegar depois dos acontecimentos que tinham ocorrido dentro do seu próprio Governo. Quando um caso emergia, ele ficava tão surpreendido como o cidadão comum, apenas com melhor acesso aos documentos e uma viatura oficial à porta. Se um ministro se demitia, Sereno lamentava. Se não se demitia, Sereno confiava. Se acabava por se demitir três dias mais tarde, Sereno explicava que a decisão demonstrava o elevado padrão ético do Executivo.

Afonso Quântico anotou no relatório: «Nesta civilização, a responsabilidade política era uma substância semelhante à matéria escura. Todos aceitavam teoricamente a sua existência, mas ninguém conseguia detectá-la nos locais onde devia estar.»

Na manhã de 7 de Novembro do ano terrestre de 2023, uma operação judicial atravessou o Governo como um meteorito atravessa uma estufa. Buscas, detenções, suspeitas sobre projectos energéticos, concessões e centros de dados encheram os ecrãs. O nome do primeiro-ministro surgiu associado a uma investigação autónoma, envolto naquela neblina jurídica onde cada frase precisa de um advogado, dois comentadores e uma legenda em rodapé.

António Sereno apresentou-se perante o país. Não gritava, não fugia e não acusava as luas de Júpiter. Anunciou a demissão com a compostura de um chefe de estação que informa os passageiros de que o comboio deixou de circular por motivos alheios à empresa ferroviária.

Disse possuir a consciência tranquila.

A frase produziu alívio imediato. Na República do Quase, a consciência tranquila funcionava como certificado sanitário, declaração fiscal e absolvição provisória. Não resolvia o problema, mas conferia ao seu portador uma dignidade luminosa que tornava desagradável insistir em perguntas.

Os ministros reuniram-se. Alguns afirmaram nada saber. Outros sabiam apenas o que fora publicado. Havia ainda os que tinham ouvido rumores, mas não lhes atribuíram importância porque, em política, um rumor só se torna facto depois de ser comentado por três canais de televisão e negado por duas fontes próximas.

O secretário de Estado da Coordenação do Desconhecimento distribuiu uma folha com as instruções oficiais:

1. Demonstrar surpresa.
2. Reafirmar confiança nas instituições.
3. Não responder ao que não tiver sido perguntado.
4. Se perguntado, recordar o segredo de justiça.
5. Se o segredo de justiça não se aplicar, lembrar que o processo está em curso.
6. Se o processo terminar, explicar que o país já está concentrado no futuro.

A reunião decorreu com grande eficiência. Em menos de duas horas, todos concordaram que seria necessário aguardar.

Nas ruas, os cidadãos tentavam compreender como um Governo com maioria absoluta podia cair sem votação parlamentar, sem revolta popular e sem sequer uma discussão particularmente animada sobre o orçamento. Um reformado perguntou ao vizinho:

- Então ele fez alguma coisa?
- Diz que não.
- E demitiu-se porquê?
- Porque o nome apareceu.
- Apareceu onde?
- Numa frase.

O reformado olhou para o café e concluiu que, naquele país, uma frase podia ter mais força destrutiva do que uma moção de censura. Era verdade. As democracias maduras dependem de leis, instituições e responsabilidade. A República do Quase acrescentara um quarto elemento: a pontuação da Procuradoria.

A oposição reagiu com gravidade. Os seus líderes declararam que o país exigia transparência, eleições e uma mudança profunda. Tinham os discursos preparados havia anos, apenas actualizando o nome do escândalo e a data. Um deles repetiu tantas vezes a palavra «regime» que um estagiário perguntou se a monarquia tinha regressado durante a pausa para almoço.

António Sereno saiu de cena sem desaparecer. Continuou a ocupar o espaço político como uma estrela depois de explodir: já não governava, mas a sua luz ainda chegava às redacções. Comentava-se o seu futuro europeu, a sua experiência, a sua capacidade de negociação e aquela fascinante possibilidade portuguesa de cair em Lisboa para subir em Bruxelas.

Afonso Quântico considerou o fenómeno com interesse científico. Em RK23-Sábio, uma queda política diminuía a altitude do indivíduo. Na Europa terrestre, podia funcionar como elevador.

Ao terminar o primeiro relatório, o investigador compreendeu que a demissão de António Sereno não era apenas o fim de um Governo. Era a abertura de um ciclo. Portugal entrava numa fase em que cada eleição prometia resolver a instabilidade provocada pela eleição anterior.

Mas havia algo que Afonso se recusou a ridicularizar. O primeiro-ministro demitira-se. O país não fora tomado por tanques, o Parlamento não ardera, os jornais não foram encerrados e os cidadãos puderam discutir livremente se a decisão fora digna, precipitada, necessária ou absurda.

A democracia funcionara. Talvez mal, talvez aos soluços, mas funcionara.

O problema, anotou Afonso, não era a possibilidade de queda. Era a facilidade com que todos saíam do palco afirmando não ter responsabilidade pelo cenário que deixavam atrás de si.

Na República do Quase, governar significava tomar decisões. Responder por elas era já uma especialização facultativa.

DOCUMENTO INTERCALAR I — CIRCULAR SOBRE RESPONSABILIDADE

A responsabilidade política deve ser assumida pelo titular competente, após identificação do titular competente por comissão independente.

Caso a identificação não seja possível antes do termo da legislatura, a responsabilidade transita para memória futura.

CAPÍTULO 2

O Presidente que Falava Antes dos Acontecimentos

Em que Belém descobre que o silêncio é constitucional, mas não obrigatório

No planeta de Afonso Quântico, o chefe de Estado comunicava uma vez por ano. A mensagem era preparada durante seis meses, reduzida a nove linhas e transmitida apenas depois de três equipas científicas confirmarem que havia realmente algo para dizer.

Na República do Quase, o Presidente Marcélio falava antes, durante e depois dos acontecimentos. Por vezes falava entre duas fases do mesmo acontecimento, prevenindo o risco de a realidade avançar sem comentário presidencial.

Marcélio era professor, jurista, nadador ocasional, especialista em afectos públicos e proprietário da mais extensa agenda de abraços do hemisfério norte. Visitava incêndios, feiras, escolas, praias, funerais, inaugurações e pequenos-almoços. Se um cidadão tropeçasse numa calçada de Lisboa, existia uma probabilidade estatisticamente relevante de o Presidente aparecer para perguntar como se sentia e explicar, em directo, o significado institucional da queda.

Afonso encontrou milhares de registos audiovisuais. Neles, Marcélio respondia a jornalistas à porta de restaurantes, dentro de automóveis, junto ao mar e em locais onde nenhum chefe de Estado de RK23 teria admitido estar sem convocar previamente o Conselho de Segurança Planetária.

A imprensa adorava-o. Um Presidente que fala é uma fonte. Um Presidente que fala constantemente é uma grelha de programação.

Depois da demissão de António Sereno, Marcélio iniciou as consultas. Recebeu partidos, ouviu conselheiros, marcou reuniões e explicou que iria decidir quando tivesse todos os elementos. Em seguida, comentou alguns desses elementos antes de os receber, apenas para ajudar o país a preparar-se.

— Senhor Presidente, vai dissolver o Parlamento?

— É uma possibilidade que não excluo, embora também não exclua outras possibilidades, incluindo a de decidir depois de ouvir quem ainda não ouvi.

O jornalista escreveu: «Belém admite dissolução.»

Outro canal tituló: «Presidente não exclui evitar dissolução.»

Ambos estavam correctos, o que demonstrava a extraordinária flexibilidade da língua portuguesa.

O Conselho de Estado reuniu-se. Era um órgão de sábios, antigos governantes e personalidades institucionais, convocado para aconselhar o Presidente em momentos graves. Entravam no palácio sob câmaras de televisão e saíam garantindo absoluto sigilo, frequentemente com a expressão de quem acabara de ouvir exactamente aquilo que já suspeitava.

Afonso procurou as actas. Encontrou apenas a lista de presenças e uma nota dizendo que o Conselho se pronunciara. Sobre quê e em que sentido permanecia protegido pelo segredo institucional, essa elegante forma de transparência em que se informa o público de que houve informação.

Marcélio decidiu dissolver o Parlamento e convocar eleições. Antes do anúncio oficial, explicou a vários jornalistas as razões que provavelmente justificariam a decisão que ainda não comunicara. Depois do anúncio, esclareceu que não se tratava de precipitação, mas de uma escolha amadurecida. Mais tarde comentou as reacções ao seu próprio comentário.

Afonso escreveu: «O Presidente funcionava simultaneamente como árbitro, narrador e programa de análise do jogo.»

O país conhecia-lhe o método. Marcélio começava por falar com espontaneidade. Se a espontaneidade produzisse um problema, surgia uma precisão. Se a precisão agravasse o problema, vinha um esclarecimento. Se o esclarecimento fosse interpretado, aparecia uma contextualização. Ao fim de quatro ciclos, todos estavam exaustos e a frase original tinha adquirido tantas camadas que já podia ser classificada como formação geológica.

No Palácio de Belém, foi criada informalmente a Unidade de Recuperação de Declarações Presidenciais. A equipa trabalhava em turnos.

— O senhor Presidente disse que o Governo duraria?

— Disse que tinha condições para durar, se durasse.

— Isso é apoio?

— É uma previsão condicional.

— E se não durar?

— Confirma a condição.

A lógica era perfeita. A realidade, por delicadeza, adaptava-se depois.

Todavia, reduzir Marcélio a uma caricatura seria injusto, e Afonso detestava injustiças mesmo quando davam boas frases. O Presidente compreendia o país. Sabia que os portugueses desconfiavam do poder, mas apreciavam a proximidade; criticavam a exposição mediática, mas esperavam vê-lo no local de cada tragédia; pediam contenção e, ao mesmo tempo, exigiam uma palavra.

Marcélio convertera a Presidência numa presença emocional. Em momentos de incêndio, pandemia ou morte colectiva, a sua voz ajudara pessoas reais. O problema é que uma ferramenta utilizada para tudo acaba por perder precisão. Quando cada episódio merece comentário presidencial, a palavra de Estado torna-se ruído de fundo.

Afonso concluiu que o Presidente vivia preso na própria disponibilidade. Se permanecesse em silêncio, seria acusado de ausência. Se falasse, corria o risco de substituir a função arbitral pela função de comentador.

Na véspera da campanha eleitoral, Marcélio passeou junto ao Tejo. Os jornalistas encontraram-no, fenómeno que na República do Quase acontecia com a regularidade das marés.

— O que espera destas eleições?

— Que os portugueses votem com sentido de responsabilidade e produzam uma solução estável.

— Acredita que isso acontecerá?

O Presidente olhou o rio, sorriu com a ternura de quem contempla uma criança a tentar construir uma ponte com bolachas e respondeu:

— A democracia é a arte do possível.

Mais tarde, Afonso descobriu uma versão não oficial da frase, registada por um microfone ainda ligado:

— E, neste caso, do improvável.

Não conseguiu confirmar a autenticidade. Decidiu mantê-la no arquivo literário, onde os factos incertos são honestamente classificados como boas histórias.

O segundo relatório terminou com uma advertência. Uma democracia precisa de instituições que falem, mas também de silêncios que preservem autoridade. O chefe de Estado não deve ser um oráculo, porque os oráculos nunca admitem que estavam apenas a improvisar. Também não deve ser uma estátua, porque as estátuas chegam sempre tarde às crises.

Marcélio representava uma República que queria sentir o Estado próximo, humano e disponível. Essa proximidade tinha valor. Mas, quando a palavra presidencial acompanhava cada minuto da política, Belém deixava de ser o ponto mais alto da paisagem institucional e transformava-se numa varanda com transmissão permanente.

Afonso fechou o ficheiro e registou: «O Presidente falava para impedir que o país se sentisse sozinho. O país, por vezes, precisava apenas de cinco minutos para pensar.»

CAPÍTULO 3

Eleições para Resolver as Eleições

Em que todos vencem, ninguém governa sozinho e a aritmética pede asilo político

As eleições de 2024 foram anunciadas como o momento da clarificação. Afonso Quântico descobriu que, em Portugal, «clarificação» era o nome técnico atribuído a um processo que produzia novas dúvidas com legitimidade democrática.

Durante a campanha, os partidos viajaram pelo país em autocarros decorados com fotografias dos líderes. Prometeram crescimento, justiça, estabilidade, salários europeus, saúde acessível, casas disponíveis e uma administração capaz de responder antes de o cidadão envelhecer. Nenhum programa explicava onde seriam encontradas simultaneamente as verbas, os profissionais, o tempo e a coragem política. Isso não constituía falha. Constituía esperança.

Os candidatos beijaram idosos, seguraram crianças e entraram em mercados, onde fingiram reconhecer espécies de peixe sob o olhar severo das peixeiras. Afonso anotou que os mercados eram os únicos locais da campanha onde alguém podia perguntar directamente o preço real das promessas.

António Sereno já não concorria. O seu Partido da Serenidade escolheu um novo líder, Pedro Prudente, homem educado que falava como se pedisse licença para ocupar o próprio púlpito. Do outro lado surgiu Luís Montepardo, chefe da Aliança da Decência, prometendo romper com o passado sem assustar demasiado o presente.

Havia ainda o partido Basta Já!, dirigido por um tribuno que conseguia transformar qualquer assunto, da imigração às taxas municipais, numa prova de que o sistema inteiro estava apodrecido. A sua grande vantagem era denunciar a confusão. A sua pequena dificuldade consistia em depender dela.

Os partidos menores apresentaram ideias, gráficos e candidatos capazes. Foram tratados nos debates como mobília constitucional: necessários para compor o cenário, mas convidados a falar apenas depois de as figuras principais terminarem de se interromper.

Na noite eleitoral, cada sede partidária instalou um palco, música e bandeiras. As televisões exibiram projecções, intervalos de confiança e mapas coloridos. Às oito da noite, ainda ninguém sabia o resultado, mas vários dirigentes já tinham preparado discursos de vitória.

A Aliança da Decência venceu por uma margem tão estreita que foi necessário verificar se não se tratava de um erro de arredondamento. O Partido da Serenidade perdeu, mas ficou suficientemente perto para declarar que representava metade do país. O Basta Já! cresceu de forma impressionante e anunciou que os portugueses tinham condenado os partidos tradicionais, embora a maioria dos portugueses tivesse continuado a votar neles.

Os restantes partidos obtiveram resultados variados. Todos encontraram uma razão para celebrar. Afonso concluiu que as eleições portuguesas obedeciam a uma lei física singular: a soma das vitórias declaradas era sempre superior ao número de votos existentes.

No estúdio principal de televisão, sete comentadores observavam um ecrã com 230 pequenos quadrados. O moderador perguntou quem poderia governar.

- A direita tem maioria — disse um.
- A direita não tem uma maioria politicamente utilizável — respondeu outro.
- O centro ganhou — afirmou uma terceira.
- O centro desapareceu — corrigiu o quarto.
- O povo exigiu mudança.
- O povo exigiu estabilidade.
- O povo exigiu ambas.
- Então o povo não leu a Constituição orçamental.

A discussão prolongou-se até de madrugada. Ao amanhecer, o país sabia quantos deputados tinha cada partido, mas continuava sem saber como aqueles números formariam um Governo. A democracia produziu uma resposta exacta para uma pergunta diferente.

Marcélio recebeu novamente os partidos. O ritual repetiu-se: automóveis à entrada de Belém, declarações à saída, jornalistas a perguntar o que fora dito e dirigentes a garantir que tinham transmitido a sua posição com clareza.

Luís Montepardo saiu com a expressão de quem recebera as chaves de uma casa onde metade das divisões pertencia a outros proprietários. A sua coligação tinha vencido, mas dispunha de uma minoria. Para aprovar leis, precisaria do Partido da Serenidade ou do Basta Já!, exactamente os dois partidos com maior interesse em demonstrar que o Governo não conseguia aprovar leis.

Afonso consultou o manual político de RK23-Sábio. Não encontrou equivalente. No seu planeta, quem não possui maioria forma uma coligação. Na República do Quase, preferia-se chamar «diálogo» a uma coligação que ninguém admitia ter.

Os eleitores regressaram à vida. Nos cafés, discutiam-se os resultados com a convicção dos generais que chegam depois da batalha.

— Eu avisei que isto ia dar confusão.

— Em quem votaste?

— Isso não interessa.

Interessa sempre, pensou Afonso, mas a democracia portuguesa preservava o voto secreto com tal dedicação que muitos cidadãos o escondiam até de si próprios.

Um taxista explicou-lhe o sistema:

— Aqui votamos para castigar quem lá está. Depois ficamos admirados quando quem entra não consegue fazer nada. Então castigamos esse. É um mecanismo de controlo.

— E funciona?

— Funciona perfeitamente para trocar pessoas.

— E para resolver problemas?

O taxista olhou pelo retrovisor.

— Não queira tudo ao mesmo tempo.

Afonso dedicou várias páginas ao sentido profundo da eleição. O resultado fragmentado não era uma falha matemática. Reflectia um país desconfiado, cansado e dividido entre a memória do antigo Governo, a esperança de mudança e a revolta contra o sistema. Cada voto continha uma pequena biografia: o salário curto, a consulta adiada, a casa impossível, a indignação, o medo, a fidelidade partidária ou o simples desejo de experimentar outra coisa.

A democracia não prometia transformar essas biografias numa vontade única. Prometia contá-las.

O perigo começava quando os dirigentes interpretavam a contagem como autorização para ouvir apenas a parte conveniente.

A Aliança da Decência afirmava que o país escolhera mudança. O Partido da Serenidade lembrava que a direita moderada não tinha maioria absoluta. O Basta Já! proclamava que o sistema fora rejeitado. Todos possuíam um fragmento da verdade e tratavam-no como escritura de propriedade sobre o país inteiro.

No fim, Marcélio indigitou Luís Montepardo. Portugal tinha Governo. A estabilidade ficaria para uma fase posterior, sujeita a parecer parlamentar.

DOCUMENTO INTERCALAR II — RESULTADO ELEITORAL MODELO

Todos os partidos reconheceram a vontade inequívoca do povo.

Como as vontades identificadas eram mutuamente incompatíveis, decidiu-se criar um grupo de trabalho para apurar qual delas era mais inequívoca.

CAPÍTULO 4

A Entrada de Luís Montepardo

Em que a normalidade chega a passo firme e encontra o chão coberto de cascas de banana

Luís Montepardo entrou no Palácio da Ajuda com o andar de um homem que passara anos a explicar como governaria e descobria finalmente que alguém aceitara o desafio. Usava um sorriso controlado, um fato escuro e aquela expressão de vigilância que os políticos adoptam quando sabem que cada aperto de mão pode esconder uma pergunta.

Afonso Quântico estudou as imagens da tomada de posse. O novo primeiro-ministro prometeu competência, estabilidade e reformas. Atrás dele, os ministros assinavam compromissos de honra com canetas cerimoniais. Alguns ainda não sabiam que, na República do Quase, a permanência num ministério podia ser inferior ao tempo necessário para decorar todos os nomes dos secretários de Estado.

O XXIV Governo Constitucional nascera. Tinha dezassete ministros, uma minoria parlamentar e a confiança indispensável de quem ainda não fora obrigado a explicar o primeiro problema.

Montepardo apresentava-se como homem de decisões. Durante a campanha estabelecera uma frase de engenharia política simples: «não é não». A expressão pretendia fechar a porta a entendimentos com o Basta Já!, partido cuja força parlamentar podia decidir a sobrevivência do Governo.

Afonso apreciou a elegância binária. Em programação, uma variável booleana é verdadeira ou falsa. Na política portuguesa, porém, «não» podia significar não ao acordo formal, talvez à negociação pontual, sim à aprovação de uma medida e depende ao orçamento.

O primeiro Conselho de Ministros aprovou um programa ambicioso. Haveria descida de impostos, aumento de rendimentos, reforma da saúde, resposta à habitação, valorização das forças de segurança, aceleração da justiça e simplificação administrativa. Um assessor perguntou se deveriam ordenar as prioridades.

— Todas são prioritárias — respondeu o ministro da Presidência.

O assessor anotou. Era a primeira vez que via uma fila composta inteiramente por pessoas no primeiro lugar.

A comunicação governamental adoptou a velocidade como princípio. Reformas rápidas. Decisões rápidas. Execução rápida. O país seria transformado à velocidade da luz.

Afonso, formado em física, sentiu desconforto. Segundo as leis do universo, nenhuma entidade com massa podia atingir a velocidade da luz. O Governo, composto por matéria, assessores e documentos, parecia particularmente pesado.

Escreveu ao Ministério da Ciência perguntando se a expressão era metafórica. Recebeu resposta automática:

«A sua mensagem é muito importante. O prazo médio de resposta é de 60 dias úteis.»

Concluiu que a velocidade da luz se aplicava apenas ao anúncio.

No primeiro mês, foram apresentados planos, agendas e pacotes de medidas. Cada pacote tinha um nome, uma cor e uma fotografia do primeiro-ministro. Os problemas começaram a sentir-se observados, mas não necessariamente ameaçados.

Na Saúde, anunciou-se um plano de emergência. Na Habitação, uma estratégia de choque. Na Administração, uma reforma estrutural. Na Economia, um programa de aceleração. Os substantivos transmitiam força. O cidadão, contudo, continuava a medir o Estado em unidades mais modestas: minutos de espera, meses por consulta, anos por decisão judicial e número de documentos exigidos para provar aquilo que o próprio Estado já sabia.

Uma mulher tentou marcar uma consulta. O sistema não tinha vaga.

— Mas há um plano de emergência — observou.

— Sim — respondeu a funcionária. — O plano existe.

— E a consulta?

— A consulta depende de disponibilidade.

A mulher saiu reconfortada pela existência conceptual da solução.

Afonso anotou que a República do Quase possuía uma capacidade notável para resolver problemas no nível semântico, onde todos cabiam numa apresentação.

No Parlamento, Montepardo enfrentou a geometria da minoria. Para aprovar uma proposta, precisava de votos de partidos que desejavam alterá-la o suficiente para poderem dizer que a tinham salvo. O Partido da Serenidade praticava uma oposição responsável, expressão que significava apoiar quando seria perigoso derrubar o Governo e rejeitar quando seria embaraçoso ajudá-lo.

O Basta Já! exigia negociações e denunciava-as simultaneamente. Se o Governo aceitava uma proposta sua, provava que dependia da direita radical. Se recusava, demonstrava desprezo pelos eleitores. Era uma máquina argumentativa de movimento perpétuo.

Montepardo mantinha a serenidade facial. «Governaremos», dizia.

Afonso percebeu que, na política, o futuro do indicativo não era apenas tempo verbal. Era método de sobrevivência.

Os jornais começaram por conceder ao Governo um período de graça. Durou aproximadamente o intervalo entre a posse e a primeira nomeação controversa. Descobriu-se então que alguns escolhidos conheciam outros escolhidos, tinham trabalhado com dirigentes partidários ou pertenciam a redes profissionais próximas.

O Governo explicou que procurava competência. A oposição respondeu que a competência parecia residir em bairros muito específicos. Os comentadores desenharam diagramas de relações. Em pouco tempo, cada nomeação era acompanhada por uma árvore genealógica, um mapa de almoços e a fotografia de uma conferência realizada oito anos antes.

Afonso não encontrou prova de conspiração universal. Encontrou algo mais banal: um país pequeno, elites estreitas e partidos habituados a recrutar entre pessoas que já conheciam. A proximidade não era sempre corrupção. Mas, repetida sem transparência, tornava-se uma fábrica de suspeitas.

Montepardo prometera restaurar a normalidade. A frase parecia simples até Afonso perguntar o que significava normalidade na República do Quase.

Era normal um Governo minoritário negociar cada diploma? Era normal um Presidente comentar a estabilidade do Governo todas as semanas? Era normal os cidadãos esperarem meses por serviços enquanto os ministros anunciavam reformas diárias? Era normal cada caso político começar com confiança total e terminar com a informação de que o titular pedira para sair por razões pessoais?

Talvez a normalidade portuguesa não fosse ausência de crise. Era a capacidade de continuar a viver dentro dela.

Os cafés abriam, as crianças iam à escola, as empresas exportavam, os hospitais tratavam pessoas apesar das dificuldades e os funcionários públicos mantinham sistemas inteiros com folhas de cálculo, boa vontade e café. O país real funcionava por baixo do país político.

Afonso escreveu: «O Governo prometia pôr Portugal a funcionar. Portugal já funcionava, sustentado por milhões de pessoas que raramente apareciam nas fotografias oficiais.»

No final do quarto relatório, o investigador reconheceu a coragem de governar sem maioria. Era fácil ridicularizar Montepardo; bastava deixá-lo falar sobre velocidade. Mais difícil era ignorar que recebera um mandato, formara um Governo constitucional e tentava avançar num Parlamento fragmentado.

A sátira, para ser justa, devia atingir a distância entre a promessa e o acto, não a legitimidade de tentar.

Montepardo entrou convencido de que a autoridade nasce da decisão. Aprenderia que, numa democracia parlamentar, a autoridade também nasce da negociação, da prestação de contas e da capacidade de aceitar limites.

Na República do Quase, porém, os limites eram frequentemente tratados como ofensas pessoais. O primeiro-ministro ainda sorria. As cascas de banana começavam a acumular-se no corredor.

CAPÍTULO 5

Não é Não, Excepto Quando é Talvez

Em que as linhas vermelhas mudam de cor por razões de governabilidade

Afonso Quântico dedicou o quinto relatório às linhas vermelhas, uma invenção humana que permitia aos políticos desenhar fronteiras morais com tinta solúvel em necessidades parlamentares.

Luís Montepardo afirmara que não governaria com o Basta Já! A frase era clara. Tão clara que todos passaram os meses seguintes a discutir exactamente o que abrangia.

Não haveria coligação? Certamente.

Não haveria acordos? Depende do significado de acordo.

Não haveria conversações? Seria indelicado recusar diálogo.

Não haveria votos coincidentes? A democracia não podia impedir partidos diferentes de votar da mesma maneira.

A linha permanecia vermelha, garantiam os dirigentes, embora surgisse por vezes alaranjada sob a luz da Assembleia.

O primeiro teste ocorreu na eleição do presidente do Parlamento. O candidato governamental não conseguiu os votos necessários. O plenário repetiu a votação, como uma máquina que recebe erro e espera que a segunda tentativa produza espontaneamente uma maioria.

Nos corredores, multiplicaram-se contactos discretos. Discrição, na República do Quase, significava conversar atrás de uma porta onde aguardavam vinte jornalistas.

O Partido da Serenidade acabou por permitir uma solução. Os seus dirigentes explicaram que se tratava de sentido de Estado, não de apoio ao Governo. A Aliança da Decência agradeceu sem parecer demasiado agradecida. O Basta Já! denunciou um entendimento do sistema.

Afonso criou um glossário:

«Sentido de Estado»: voto concedido ao adversário com a condição de não ser interpretado como voto concedido ao adversário.

«Entendimento pontual»: acordo que dura exactamente até ser útil recordar que não existe acordo.

«Responsabilidade»: obrigação de o outro partido evitar eleições.

O Orçamento aproximou-se como uma tempestade anunciada. Sem aprovação, o Governo podia cair. Com aprovação, a oposição temia mantê-lo vivo. O documento continha milhares de números, mas o debate concentrou-se na palavra «viabilização».

Pedro Prudente, líder do Partido da Serenidade, assumiu o papel de homem razoável. Não queria bloquear o país, mas também não queria aprovar a política do Governo. A solução foi a abstenção, gesto parlamentar equivalente a abrir a porta enquanto se declara não ter convidado ninguém a entrar.

Montepardo celebrou a estabilidade. Prudente celebrou a responsabilidade. O Basta Já! celebrou a denúncia da aliança oculta. Todos voltaram a vencer.

O cidadão contribuinte, personagem recorrente dos arquivos, celebrou apenas o facto de o salário ter chegado antes do aumento da renda.

Nos debates televisivos, os comentadores tentavam localizar a linha vermelha.

— O Governo depende do Basta Já!?

— Não depende institucionalmente.

— Mas algumas medidas passam com os votos deles.

— Isso é convergência parlamentar.

— E se houver negociação?

— Diálogo democrático.

— E se o diálogo produzir um acordo?

— Responsabilidade temática.

Afonso admirou a riqueza terminológica. Em RK23-Sábio, duas entidades que negociavam e votavam juntas eram classificadas como cooperantes. Em Portugal, a palavra exacta dependia da sondagem publicada nesse dia.

Montepardo repetia: «não é não». O país respondia: «sim, mas qual não?»

A dificuldade não era apenas retórica. A ascensão do Basta Já! reflectia frustrações reais. Cidadãos cansados de salários baixos, serviços frágeis e escândalos sucessivos encontravam no partido uma linguagem de ruptura. Ignorar esses eleitores seria arrogante. Adoptar todas as respostas simplistas seria perigoso.

A democracia moderada enfrentava um dilema: dialogar sem normalizar excessos, governar sem desprezar o Parlamento e manter fronteiras políticas sem transformar metade dos cidadãos em habitantes moralmente suspeitos.

Afonso percebeu que Montepardo tentava caminhar sobre uma corda. À esquerda, o Partido da Serenidade acusava-o de ceder à radicalização. À direita, o Basta Já! acusava-o de trair os votos conservadores. Em baixo, aguardava o abismo das eleições antecipadas, já equipado com cartazes reutilizáveis.

As linhas vermelhas também existiam dentro do Governo. Um ministro não poderia permanecer se perdesse condições políticas. Ninguém sabia como se mediam essas condições. Não havia aparelho, escala ou análise laboratorial. Existiam apenas manchetes, declarações e a velocidade com que os colegas deixavam de atender o telefone.

Um secretário de Estado envolveu-se numa polémica. Montepardo manifestou confiança.

No dia seguinte, reiterou confiança.

Ao terceiro dia, informou que aceitara o pedido de demissão.

— Perdeu a confiança? — perguntou um jornalista.

— Não. Reconhecemos que estavam esgotadas as condições para continuar.

Afonso registou a descoberta: na política portuguesa, era possível conservar confiança numa pessoa considerada incapaz de permanecer no cargo. A confiança tornara-se uma homenagem fúnebre prestada ao mandato.

Para ilustrar o sistema, o investigador encontrou uma circular apócrifa atribuída ao Gabinete de Coordenação Parlamentar:

«As linhas vermelhas devem ser entendidas como orientações cromáticas flexíveis. Em caso de necessidade orçamental, podem assumir tonalidade âmbar. Em matérias de estabilidade nacional, admite-se cor salmão. A transformação temporária em verde exige comunicação prévia de que nada mudou.»

O documento terminava com a frase: «A coerência será avaliada no final da legislatura.»

Afonso riu-se. Depois verificou que a legislatura podia terminar antes da avaliação, tornando o procedimento perfeitamente seguro.

O quinto relatório concluiu que o compromisso não era uma traição à democracia. Era a sua matéria-prima. O problema surgia quando os líderes tratavam o compromisso como pecado em público e necessidade em privado.

Ao prometer «não é não», Montepardo oferecera clareza num sistema que exigia nuance. A frase ajudara-o a conquistar confiança, mas reduzia-lhe a liberdade de negociar. Cada voto coincidente parecia uma contradição; cada conversa, uma cedência.

Afonso escreveu: «A política adulta não consiste em nunca mudar de posição. Consiste em explicar por que se mudou, quais limites permanecem e que preço público se aceita pagar.»

Na República do Quase, os governantes preferiam garantir que não tinham mudado. Era mais simples. Bastava mudar o nome da mudança.

DOCUMENTO INTERCALAR III — NORMA CROMÁTICA PARLAMENTAR

As linhas vermelhas podem assumir tonalidade âmbar por razões de estabilidade.

A alteração de cor não constitui mudança política, desde que o porta-voz declare que a linha permanece exactamente no mesmo lugar.

CAPÍTULO 6

A Firma Filosofal

Em que uma empresa familiar prova que, quanto mais se explica uma actividade, menos se percebe o que ela faz

A Firma Filosofal apareceu primeiro como uma nota pequena num jornal. Possuía um nome optimista, uma morada discreta e relações contratuais com empresas privadas. Pertencera à família de Luís Montepardo e, segundo as explicações iniciais, prestava serviços de consultoria.

Consultoria era uma palavra de extraordinária elasticidade. Podia significar analisar mercados, aconselhar estratégias, apresentar pessoas, escrever relatórios, acompanhar clientes ou conversar com conhecimento. Em casos mais avançados, significava emitir uma factura por algo que todos garantiam ter acontecido, embora ninguém conseguisse resumir em duas frases.

Afonso Quântico interessou-se imediatamente. A alquimia antiga tentara transformar metais comuns em ouro. A Firma Filosofal parecia transformar relações, experiência e disponibilidade em avenças mensais. O princípio era moderno, mas a aura permanecia medieval.

Quando surgiram perguntas sobre os clientes e os pagamentos, o Governo respondeu com segurança. O primeiro-ministro não geria a empresa. A propriedade fora transmitida. Os serviços eram reais. Tudo estava declarado. Não existia conflito de interesses.

A oposição pediu mais esclarecimentos.

O Governo forneceu-os.

Os novos esclarecimentos revelaram detalhes que exigiam outros esclarecimentos.

A Firma Filosofal começou a comportar-se como uma criatura quântica: mudava de estado quando observada. Num dia era uma empresa familiar sem relação com a actividade política. Noutro, uma estrutura gerida por terceiros. Depois, uma entidade cujos pagamentos respeitavam contratos anteriores. Cada explicação podia ser verdadeira e, ainda assim, aumentar o nevoeiro.

Afonso escreveu: «O problema não era necessariamente a ilegalidade. Era a impossibilidade política de separar com nitidez o governante, a família, a empresa e a confiança dos cidadãos.»

Montepardo convocou jornalistas. Apresentou documentos, datas e argumentos. Falou com firmeza. Rejeitou suspeitas e acusou a oposição de tentar destruir reputações.

No fim, um jornalista perguntou:

— Senhor primeiro-ministro, em termos simples, que serviços prestava a empresa?

A sala ficou momentaneamente silenciosa.

A resposta incluiu assessoria, acompanhamento, mercados, relações comerciais e conhecimento do tecido empresarial. Era completa. Não era simples.

O jornalista insistiu:

— Mas o que fazia concretamente?

Montepardo respirou. Um assessor deixou cair uma caneta. Do lado de fora, os comentadores começaram a interpretar a pausa.

Afonso observou que, nas democracias, a pergunta mais perigosa raramente é a mais jurídica. É aquela que cabe numa conversa de café.

A empresa adquiriu presença própria na narrativa nacional. Já não era apenas uma sociedade comercial. Era uma entidade metafísica que surgia nos debates, condicionava votações e obrigava ministros a declarar confiança na honorabilidade do chefe do Governo.

Nos jornais, o seu nome aparecia junto de setas, cronologias e caixas coloridas. As televisões convidavam especialistas em direito comercial, ética pública, fiscalidade e comunicação de crise. Um comentador confessou não compreender totalmente a estrutura. Foi substituído por outro que não compreendia, mas explicava com mais convicção.

O cidadão contribuinte tentou acompanhar. Ao terceiro diagrama, desistiu e perguntou apenas:

— Ele podia ou não podia?

A resposta dependia de quem falava. Legalmente, havia argumentos. Politicamente, havia um problema. Eticamente, havia uma conversa. Mediaticamente, havia programação para semanas.

O Partido da Serenidade propôs uma comissão parlamentar de inquérito. O Basta Já! exigiu demissão imediata. A Aliança da Decência acusou os adversários de instrumentalização.

Montepardo decidiu enfrentar a crise. Em vez de esperar pela comissão, anunciou uma moção de confiança. Perguntaria ao Parlamento se o Governo tinha condições para continuar.

Afonso releu o registo três vezes. O primeiro-ministro de um Governo minoritário, cercado por partidos que prometiam votar contra, escolhera colocar a sobrevivência do Executivo numa votação que provavelmente perderia.

No Instituto de RK23, este comportamento era conhecido como «teste voluntário de gravidade».

Um assessor terá perguntado:

— E se perdermos?

— Clarificamos a situação política — respondeu Montepardo.

A clarificação voltava. O país preparava-se para resolver a instabilidade através de novas eleições, método que já demonstrara produzir instabilidade com excelente participação cívica.

Antes da votação, multiplicaram-se as explicações sobre por que a moção era inevitável. O Governo precisava de autoridade. A oposição não podia manter suspeitas no ar. O Parlamento deveria decidir.

Tudo parecia lógico se se ignorasse que o Parlamento já anunciara a decisão.

A Firma Filosofal, entretanto, continuava a existir. Os seus contratos não desapareceram, as perguntas éticas não foram resolvidas e a confiança pública não podia ser restaurada por decreto. A moção transformava uma questão de transparência numa batalha de sobrevivência partidária.

Afonso percebeu o truque involuntário: quando uma pergunta concreta ameaça um líder, a política tenta elevá-la a questão nacional. Já não se discutia apenas uma empresa. Discutia-se a estabilidade, a economia, o futuro e o risco de entregar o país aos adversários.

A Firma crescera sem contratar um único funcionário. Tornara-se grande demais para caber na contabilidade.

No arquivo, Afonso encontrou o «Manual de Gestão de Crise para Titulares de Cargos Públicos», edição de 2025:

«Passo 1: negar qualquer irregularidade.

Passo 2: fornecer explicação detalhada.

Passo 3: esclarecer a explicação detalhada.

Passo 4: denunciar campanha política.

Passo 5: apresentar documentos.

Passo 6: explicar por que os documentos não respondem à pergunta original.

Passo 7: transformar o caso numa escolha entre estabilidade e caos.»

Na margem, alguém escrevera a lápis: «Passo 8: eleições.»

Afonso encerrou o sexto relatório com uma distinção essencial. A existência de suspeita não prova culpa. A sátira não podia condenar pessoas, substituir tribunais ou inventar crimes. Mas a ética democrática exige mais do que ausência de condenação penal. Exige prevenção de conflitos, transparência compreensível e disponibilidade para aceitar que a confiança pública não pertence ao governante.

Montepardo tratara as perguntas como ataques à sua honra. Talvez algumas fossem. Contudo, quem governa não escolhe apenas responder às perguntas justas. Tem de responder também às incómodas, repetidas e imperfeitas, porque o poder é uma posição de permanente desconforto.

A Firma Filosofal não destruiu a democracia. Revelou uma fragilidade antiga: as elites portuguesas acreditavam frequentemente que explicar a legalidade bastava para restaurar a legitimidade.

Afonso escreveu: «A lei define o mínimo permitido. A confiança começa onde termina a obrigação.»

CAPÍTULO 7

O Ministério das Explicações Tardias

Em que o Estado cria uma solução institucional para acontecimentos que já aconteceram

O Ministério das Explicações Tardias não existia formalmente. Afonso Quântico encontrou, contudo, provas abundantes da sua actividade: comunicados, conferências de imprensa, notas rectificativas, cronologias, esclarecimentos ponto por ponto e declarações de confiança emitidas minutos antes de novas revelações.

Tratava-se de um ministério transversal. Não possuía edifício, orçamento ou ministro permanente. Instalava-se temporariamente em qualquer pasta onde surgisse um caso impossível de resumir sem advogados.

O seu lema era simples:

«Explicaremos tudo assim que soubermos o que já foi publicado.»

A unidade de resposta rápida trabalhava devagar, para evitar precipitações. Primeiro recolhia versões. Depois verificava qual delas já fora desmentida. Por fim apresentava a versão provisoriamente definitiva, válida até à edição da noite.

A moção de confiança aproximava-se, mas o Governo continuava a funcionar. Funcionava, pelo menos, no sentido administrativo de que os telefones tocavam, os documentos circulavam e os ministros apareciam em cerimónias.

Cada membro do Executivo recebeu instruções para transmitir serenidade. A palavra foi repetida tantas vezes que o serviço de imprensa considerou registá-la como marca.

— O Governo está unido?

— Absolutamente.

— Todos concordaram com a moção?

— O Governo está unido.

— Houve ministros surpreendidos?

— A surpresa é compatível com a unidade.

— E preocupados?

— A preocupação demonstra responsabilidade.

Afonso notou que a linguagem política portuguesa não eliminava contradições. Acolhia-as num vocabulário inclusivo.

Foi então que surgiu, nos arquivos de 2026, o Caso do Arelado Metafísico. Afonso hesitou em incluí-lo por parecer excessivamente ficcional, mas os documentos insistiam.

Um veículo associado a substâncias químicas apreendidas pela polícia fora deslocado para instalações de uma empresa ligada a um empreiteiro amigo de um ministro. O empreiteiro realizara obras numa propriedade privada. A empresa tivera relações contratuais com o Estado. O atrelado desaparecera de um local, reaparecera noutro e, quando finalmente foi encontrado, já não continha aquilo que transformara o caso em notícia.

Na República do Quase, até a matéria obedecia ao princípio da responsabilidade difusa.

O ministro, Luís Nébola, prometeu explicar tudo ponto por ponto. O Ministério das Explicações Tardias abriu imediatamente uma secção de geometria.

A primeira versão dizia que o veículo fora retirado para destruição segura. A segunda esclarecia que a decisão tivera enquadramento operacional. A terceira informava que seria instaurada uma investigação interna. A quarta lembrava que o ministro confiava plenamente nas instituições que investigavam decisões tomadas quando ele dirigia uma dessas instituições.

Um jornalista perguntou onde estavam as substâncias.

— Essa questão está a ser apurada.

— Foram destruídas?

— Não podemos antecipar conclusões.

— Ainda estavam no atrelado quando saiu?

— É precisamente um dos pontos que será explicado ponto por ponto.

— Quantos pontos existem?

— A contagem está em curso.

Afonso fechou os olhos. Viajar entre sistemas solares parecia-lhe, de repente, uma actividade administrativamente simples.

O caso reunia todos os ingredientes da ficção política portuguesa: amizade, contratos, uma empresa com situação administrativa discutida, obras privadas, decisões públicas, objectos desaparecidos e um governante que tratava a avalanche como oportunidade pedagógica.

A oposição exigiu demissão. O Governo reafirmou confiança. Os comentadores dividiram-se entre os que viam um escândalo gravíssimo e os que consideravam prematuro avaliar antes do esclarecimento integral. O cidadão contribuinte perguntou se podia perder um atrelado semelhante sem consequências.

— Só se estiver devidamente apreendido — respondeu um amigo.

A piada circulou pelas redes. O humor popular fazia aquilo que os comunicados não conseguiam: condensava o absurdo numa frase.

Afonso anotou que a sátira era uma forma de controlo democrático. Quando o poder domina o vocabulário, o riso devolve significado às palavras.

O Ministério das Explicações Tardias elaborou um procedimento padrão para crises futuras:

FASE A — Confiança Total

O titular permanece. As notícias são incompletas.

FASE B — Apuramento Sereno

Abre-se averiguação. O titular colabora.

FASE C — Contextualização

Os factos são complexos e remontam a decisões técnicas.

FASE D — Responsabilidade Institucional

O Governo respeita a autonomia das entidades.

FASE E — Saída Pessoal

O titular pede demissão para não prejudicar o Governo, sem reconhecer qualquer falha.

FASE F — Futuro

O país tem desafios demasiado importantes para permanecer preso ao passado.

Afonso ficou impressionado. A República do Quase não conseguira simplificar o licenciamento de uma pequena empresa, mas possuía processos maduros para sobreviver a escândalos.

No Parlamento, a moção de confiança seria votada em breve. Montepardo apresentava-a como momento de verdade. Os partidos preparavam discursos, os jornalistas montavam estúdios e Marcélio recordava que caberia aos deputados assumir as consequências.

O país voltava a aproximar-se de eleições. As gráficas verificaram o stock de cartazes. Os autocarros partidários não tinham sido totalmente desmontados. Alguns candidatos conservaram os casacos da campanha anterior por prudência ambiental e financeira.

Afonso compreendeu que o Ministério das Explicações Tardias não resolvia casos. Administrava o tempo entre a revelação e a fadiga pública. A esperança era simples: se a explicação demorasse o suficiente, surgiria outro acontecimento capaz de ocupar as manchetes.

Era uma estratégia eficaz. A memória colectiva possui capacidade limitada e o noticiário produz lixo novo todos os dias.

Ainda assim, havia jornalistas que insistiam, magistrados que investigavam, deputados que perguntavam e cidadãos que se recusavam a aceitar o nevoeiro como clima natural. Esse facto impediu Afonso de concluir que tudo estava perdido.

A democracia portuguesa parecia frágil porque os casos eram visíveis. Nos regimes autoritários, o atrelado desapareceria, a pergunta desapareceria e talvez também desaparecesse quem perguntasse. Na República do Quase, o caso podia ser investigado, discutido e ridicularizado publicamente.

A liberdade não garantia dirigentes exemplares. Garantia a possibilidade de os incomodar.

O sétimo relatório terminou na véspera da votação de confiança. Afonso escreveu:

«Portugal não era uma democracia sem controlo. Era uma democracia onde o controlo chegava frequentemente depois do acontecimento, carregando uma pasta, pedindo desculpa pelo atraso e solicitando mais trinta dias para concluir o parecer.»

Fechou o arquivo. Na manhã seguinte, o Governo perguntaria ao Parlamento se ainda confiava nele.

Toda a gente conhecia a resposta.

Faltava apenas transformá-la em resultado oficial.

DOCUMENTO INTERCALAR IV — DESPACHO DE SIMPLIFICAÇÃO

Para acelerar a resposta a crises, todos os esclarecimentos serão concentrados num formulário único de 46 páginas.

O formulário deve ser entregue presencialmente, acompanhado de certidão comprovativa de que o facto a esclarecer já aconteceu.

PORTUGAL, REPÚBLICA DO QUASE

*Crónicas do último país da Europa onde o futuro está sempre em
aprovação*

SEGUNDA PARTE

Do Parlamento à República do Quase

Francisco Gonçalves

Fragmentos do Caos · 2026

EPÍGRAFE DA SEGUNDA PARTE**AFONSO QUÂNTICO - RELATÓRIO DE CONTINUIDADE**

Uma democracia pode sobreviver a maus governos. O que não sobrevive indefinidamente é a confiança sem consequência.

Na República do Quase, o futuro era uma promessa recorrente. O presente, esse, tinha senha e aguardava atendimento.

Sumário da Segunda Parte

-
- 08** **A Moção de Autodesconfiança**
Em que o Governo pergunta ao Parlamento se confia nele e considera ofensiva a resposta
-
- 09** **A Campanha do Medo Moderado**
Em que todos salvam o país de todos e o eleitor procura uma saída sem cartazes
-
- 10** **O Povo Devolve o Comando**
Em que os eleitores repetem o protagonista, mudam a oposição e deixam a maioria por montar
-
- 11** **Reformas à Velocidade da Luz**
Em que o Estado acelera nos comunicados e pede ao cidadão que aguarde na linha
-
- 12** **O Novo Aeroporto da Esperança**
Em que uma infra-estrutura atravessa gerações antes de atravessar o Tejo
-
- 13** **A República do Quase**
Em que o investigador descobre que a palavra nacional é também uma forma de resistência
-
- E** **Como a Democracia Sobreviveu**
Epílogo em que o investigador termina a missão e a burocracia continua universal
-
- A** **O Arquivo da República do Quase**
Apêndice de documentos administrativos com evidente valor antropológico
-
- P** **A Sátira como Higiene Democrática**
Posfácio sobre o humor, o poder e a possibilidade de correcção
-

CAPÍTULO 8

A Moção de Autodesconfiança

Em que o Governo pergunta ao Parlamento se confia nele e considera ofensiva a resposta

Afonso Quântico encontrou o oitavo relatório numa pasta marcada com a palavra «CONFIANÇA». Por baixo, alguém acrescentara a lápis: «Abrir apenas na presença de testemunhas e de um constitucionalista sem compromissos para a tarde.»

A pasta continha a transcrição de um Conselho de Ministros realizado numa quinta-feira chuvosa. O Governo de Luís Montepardo chegara ao encontro com onze meses de vida, várias reformas anunciadas, alguns diplomas aprovados e uma empresa familiar instalada no centro da sala apesar de não constar da ordem de trabalhos.

A Firma Filosofal não possuía cadeira, voto ou tutela orgânica. Mesmo assim, ocupava mais espaço do que vários ministérios. Cada notícia sobre ela produzia uma pergunta; cada resposta produzia duas notícias; e cada tentativa de encerrar o assunto abria uma conferência de imprensa.

O ministro da Prudência sugeriu tempo.

- Primeiro-ministro, talvez devêssemos entregar toda a documentação, responder ponto por ponto e deixar o Parlamento fiscalizar.

O ministro da Audácia discordou.

- Isso seria parecer defensivo. Precisamos de iniciativa política.

- Que iniciativa?

- Pedir ao Parlamento uma prova de confiança.

Fez-se silêncio. Afonso verificou os registos acústicos para confirmar se alguém rira. Ninguém rira. Na República do Quase, as ideias mais cómicas eram frequentemente apresentadas com voz grave e água mineral.

Montepardo endireitou-se na cadeira.

- Uma moção de confiança?

- Exactamente. Obriga cada partido a assumir a responsabilidade.

- E se a rejeitarem?

- Ficam expostos como agentes da instabilidade.

- E o Governo?

- Fica demitido, mas moralmente vitorioso.

Afonso anotou: «A política terrestre desenvolvera uma categoria fascinante de vitória em que se perde o cargo, a maioria e o acesso ao automóvel oficial, conservando-se, porém, a convicção de ter razão.»

O ministro da Aritmética abriu uma folha de cálculo. A Aliança da Normalidade possuía menos de metade dos deputados. O Partido da Serenidade anunciara que votaria contra. O Basta Já!, movido por um profundo desejo de estabilidade desde que a estabilidade não beneficiasse os outros, também votaria contra. Os partidos menores oscilavam entre a abstenção, a indignação e a vontade de aparecer no telejornal.

- Pelas minhas contas, perdemos - disse o ministro.
- As contas não medem a dinâmica política - respondeu o consultor estratégico.
- Medem votos.
- É uma visão excessivamente parlamentar.

A decisão foi aprovada. A moção de confiança seria apresentada como «momento de clarificação». A expressão agradou a todos. Clarificação, na língua política portuguesa, significava lançar mais luz sobre uma sala cheia de fumo sem abrir a janela.

A notícia atravessou o país. Os comentadores instalaram-se nos estúdios. Alguns explicaram que Montepardo não tinha alternativa. Outros demonstraram que tinha pelo menos cinco. Um terceiro grupo concluiu que a alternativa existia, mas não era digna, embora ninguém tivesse definido a unidade de medida da dignidade parlamentar.

O Comentador Permanente apareceu em três canais na mesma noite. Num disse que a moção era um gesto de coragem. Noutro, que era um erro tático. No terceiro, esclareceu que a coragem e o erro não eram incompatíveis, o que lhe permitiu conservar intacta a reputação.

Nas ruas, o Cidadão Contribuinte recebeu a notícia enquanto aguardava uma consulta marcada para dali a oito meses.

- O Governo vai cair? - perguntou-lhe a esposa.
- Parece que sim.
- Porquê?
- Porque decidiu perguntar se confiavam nele.
- Mas já sabia que não confiavam.
- Sabia.
- Então por que perguntou?

O cidadão pensou durante alguns segundos.

- Talvez o formulário exigisse resposta por escrito.

No Parlamento, a sessão começou com solenidade. Montepardo subiu à tribuna e declarou que o país enfrentava uma escolha decisiva entre a estabilidade reformista e a irresponsabilidade partidária. Garantiu que nada tinha a esconder, que sempre agira com transparência e que não aceitaria governar sob suspeita permanente.

A oposição respondeu que as suspeitas existiam porque as explicações tinham chegado aos bocados. O Partido da Serenidade acusou-o de transformar uma questão ética numa crise institucional. O Basta Já! acusou simultaneamente o Governo de falta de transparência, o Partido da Serenidade de hipocrisia, o sistema de corrupção e o microfone de não amplificar devidamente a indignação do seu líder.

Afonso observou o hemiciclo. Todos falavam em nome do país. O país, naquele momento, estava a trabalhar, a procurar casa, a esperar transportes ou a tentar perceber por que razão uma senha digital tinha de ser impressa.

O debate prolongou-se. Cada intervenção recordava que a democracia exigia responsabilidade. A palavra foi usada tantas vezes que começou a perder contorno, como uma moeda antiga passada por mãos demasiado ansiosas.

Ao fim da tarde, iniciou-se a votação.

Os deputados levantaram-se. Os números apareceram no painel. A moção foi rejeitada.

O Governo caiu.

Montepardo manteve a expressão de quem acabara de confirmar uma hipótese científica desagradável. Os ministros recolheram papéis. A bancada governamental aplaudiu de pé, gesto que intrigou Afonso. Em RK23-Sábio, a queda de um executivo não costumava ser celebrada pelos próprios membros, excepto em casos de evacuação por incêndio.

O primeiro-ministro declarou que a oposição escolhera a instabilidade. A oposição respondeu que a instabilidade fora convocada pelo Governo. O Presidente Marcélio anunciou consultas. Os comentadores discutiram quem empurrara quem para o abismo, apesar de toda a gente ter assistido a Montepardo a caminhar até à borda, montar uma pequena tribuna e perguntar se alguém acreditava na gravidade.

Afonso consultou os manuais constitucionais. A moção de confiança era um instrumento legítimo. Permitia ao Governo verificar se conservava apoio parlamentar para continuar. Não havia absurdo na norma. O absurdo nascera da sua utilização como plebiscito moral sobre um problema que exigia documentos, escrutínio e respostas concretas.

A confiança política, concluiu, não é uma bênção que o Parlamento concede para encerrar perguntas. É um crédito renovável, dependente de actos verificáveis. Quando um governante transforma a confiança numa escolha entre a sua pessoa e o caos, reduz a democracia a um concurso emocional.

Nos dias seguintes, ministros e dirigentes repetiram que o Governo caíra de cabeça erguida. Afonso procurou a relevância constitucional da posição da cabeça e não encontrou. Descobriu, porém, que em Portugal a postura corporal possuía importante função narrativa: podia perder-se uma votação, mas nunca a verticalidade moral anunciada nos microfones.

Marcélio recebeu os partidos. Falou antes das consultas, durante as consultas e depois de cada consulta. Disse que ponderaria tudo com serenidade, embora o calendário eleitoral já estivesse a ser impresso.

A República do Quase preparava a terceira eleição em pouco mais de três anos.

As gráficas sorriram discretamente. Os fabricantes de púlpitos verificaram o stock. As empresas de sondagens voltaram a ligar para pessoas que já não atendiam números desconhecidos.

O Cidadão Contribuinte recebeu um novo cartão de eleitor e colocou-o na gaveta ao lado dos anteriores.

- Ainda está válido? - perguntou a esposa.

- Não sei. Mas, pelo ritmo, devia vir em formato de assinatura mensal.

Afonso encerrou o oitavo relatório com uma conclusão menos cómica do que esperara:

«A queda de um Governo por votação parlamentar não é uma falha da democracia. É a democracia a executar uma das suas rotinas de segurança. A falha começa quando os dirigentes tratam os mecanismos de controlo como ofensas pessoais e as perguntas públicas como ataques à estabilidade.»

Fechou a pasta. Na lombada, acrescentou uma etiqueta:

«AUTODESCONFIANÇA: procedimento pelo qual um Governo transforma uma minoria aritmética numa surpresa política.»

DOCUMENTO INTERCALAR V - QUESTIONÁRIO DE CONFIANÇA

Pergunta única: o Parlamento confia no Governo?

Opções de resposta: SIM; NÃO; SIM, MAS; NÃO, CONTUDO; ABSTENÇÃO RESPONSÁVEL.

Nota: qualquer resposta diferente de SIM será considerada prova de instabilidade parlamentar.

CAPÍTULO 9

A Campanha do Medo Moderado

Em que todos salvam o país de todos e o eleitor procura uma saída sem cartazes

A campanha eleitoral começou antes de alguém ter tempo para guardar os cartazes da campanha anterior. Em certos concelhos, bastou mudar a data. Em outros, os candidatos reapareceram nas mesmas fotografias, apenas com uma expressão ligeiramente mais experiente e olheiras compatíveis com a instabilidade nacional.

Afonso Quântico acompanhou a primeira caravana da Aliança da Normalidade. O autocarro trazia escrito: «PORTUGAL NÃO PODE PARAR». O investigador verificou a velocidade média do veículo durante a passagem por uma estrada em obras e registou dezassete quilómetros por hora.

Luís Montepardo entrou na campanha com a vantagem de já ser primeiro-ministro e a desvantagem de ter acabado de deixar de o ser. Apresentava-se como vítima de uma oposição irresponsável, defensor das reformas interrompidas e único homem capaz de restaurar a estabilidade que a sua própria moção acabara de interromper.

O paradoxo não perturbava os apoiantes. A política, aprendera Afonso, raramente é julgada pela coerência geométrica. Funciona mais como meteorologia: as pessoas escolhem o abrigo que lhes parece menos húmido.

O Partido da Serenidade apresentou-se como alternativa responsável. O seu líder, Pedro Prudente, explicou que o país precisava de recuperar confiança, instituições e decência. Falava com rigor, mas possuía a infeliz capacidade de parecer estar a pedir desculpa por ocupar o palco.

O Basta Já! decidiu que todos os outros eram culpados. Era uma estratégia simples e energeticamente eficiente. O seu líder transformava cada comício num tribunal, cada pergunta numa provocação e cada interrupção numa prova de censura.

Os partidos menores trouxeram propostas detalhadas, algumas sensatas. Foram recompensados com três minutos de televisão entre um directo sobre a frase do dia e uma discussão sobre quem tinha olhado de lado para quem no debate anterior.

A Comissão Nacional do Medo Moderado publicou orientações informais para a campanha:

1. Cada partido deveria identificar uma catástrofe que apenas ele pudesse evitar.
2. A catástrofe deveria ocorrer logo após a vitória do adversário.
3. As previsões não precisavam de ser compatíveis entre si.
4. O eleitor deveria ser tratado simultaneamente como sábio soberano e criatura facilmente enganada.
5. Após as eleições, qualquer exagero seria classificado como linguagem de campanha.

Montepardo visitou fábricas, mercados e centros tecnológicos. Em cada local, recebeu um capacete, um colete ou uma criança. Os assessores aprenderam a escolher crianças que não chorassem e capacetes que não alterassem excessivamente o penteado.

Num comício, um adversário acusou-o de temer o escrutínio. Montepardo sorriu e respondeu:

- Ui, que medo!

A frase percorreu as redes sociais. Uns viram coragem. Outros arrogância. Houve especialistas em comunicação não verbal que analisaram a inclinação da sobrancelha e a duração da vogal. Afonso encontrou um painel televisivo dedicado exclusivamente ao «ui».

O Comentador Permanente explicou que a expressão era politicamente arriscada, emocionalmente eficaz, semanticamente mínima e televisivamente perfeita.

- Resume o estado da democracia? - perguntou a apresentadora.

- Resume o estado da campanha. A democracia ainda precisa de mais sílabas.

Nas redes digitais, os partidos descobriram que um vídeo vertical de quinze segundos podia destruir uma explicação de vinte minutos. Jovens assessores recortavam hesitações, sorrisos e frases incompletas. O algoritmo premiava indignação, certeza e animais domésticos. Alguns candidatos começaram a aparecer com cães.

Afonso analisou milhares de publicações e concluiu que a campanha ocorria em dois países simultâneos. No país físico, havia salários, hospitais, rendas, escolas e transportes. No país digital, existiam traidores, salvadores, escândalos, memes e uma quantidade extraordinária de bandeiras nacionais colocadas junto de erros ortográficos.

O Cidadão Contribuinte tentou assistir a um debate.

O moderador perguntou sobre habitação. O primeiro candidato respondeu sobre impostos. O segundo recordou um caso judicial. O terceiro acusou os dois de pertencerem ao sistema. O quarto apresentou uma proposta, mas o tempo terminou.

- Percebeste alguma coisa? - perguntou a esposa.

- Percebi que todos concordam que o país está em perigo.

- E quem o pôs em perigo?

- Os outros.

- E quem o salva?

- Cada um deles, separadamente.

- Então estamos muito bem servidos.

Os jornais publicaram sondagens diárias. Numa segunda-feira, a Aliança da Normalidade subia. Na terça, estabilizava. Na quarta, descia dentro da margem de erro.

Na quinta, recuperava estatisticamente sem ter perdido eleitoralmente. A margem de erro tornou-se a força política mais estável do país.

Afonso visitou uma empresa de estudos de opinião. O director mostrou-lhe modelos sofisticados, ponderações e amostras representativas.

- Quantas pessoas ainda atendem o telefone? - perguntou o investigador.

- Poucas.

- E quantas dizem sinceramente em quem vão votar?

- Menos.

- Então como conseguem tanta precisão?

O director sorriu.

- Comunicamos intervalos.

- E os jornais publicam?

- Um número.

Afonso reconheceu o método. Em RK23-Sábio chamava-se «compressão editorial da incerteza».

A campanha avançou. Os líderes prometeram estabilidade, crescimento, segurança e mudança. Ninguém prometeu tempo, embora fosse a matéria-prima necessária para qualquer reforma séria. As propostas eram anunciadas como imediatas, estruturais e sem custos relevantes, combinação que na física de Afonso exigiria energia negativa.

Num mercado, uma peixeira interrompeu Montepardo:

- Senhor doutor, vai baixar os impostos?

- Vamos devolver rendimento às famílias.

- Isso é sim?

- É um compromisso firme.

- Então é sim?

- É uma trajectória responsável.

A mulher voltou-se para a câmara.

- Ponha aí que ele disse talvez.

O episódio tornou-se viral. Durante vinte e quatro horas, o país debateu a superioridade epistemológica das peixeiras sobre os economistas.

Pedro Prudente insistia na ética e nas instituições. Porém, cada vez que tentava explicar uma política, era questionado sobre o antigo Governo de António Sereno. A herança pesava como uma mala sem rodas.

- O senhor rompeu com o passado? - perguntavam.

- Aprendemos com os erros.
- Quais erros?
- Os que não podem repetir-se.
- E quais são?
- Aqueles sobre os quais já nos pronunciámos.

Afonso observou que a ruptura política portuguesa possuía propriedades elásticas: esticava durante a campanha e regressava à forma original na composição das listas.

O Basta Já! crescia alimentado pela indignação. O seu líder prometia limpar o sistema. Afonso procurou saber como. Encontrou medidas contraditórias, frases punitivas e uma fé ilimitada na capacidade moral do próprio partido. Nos arquivos, essa fé aparecia em quase todas as forças políticas, embora apenas algumas a gritassem.

Havia também cidadãos que escutavam, comparavam e recusavam a simplificação. Trabalhadores que discutiam impostos com precisão, jovens que perguntavam por habitação, empresários preocupados com produtividade, professores cansados de reformas sem execução e médicos que pediam menos anúncios e mais equipas. A campanha real acontecia nessas conversas, longe dos palcos.

Afonso sentiu respeito por eles. A democracia não era apenas a soma dos discursos medíocres. Era também a persistência de pessoas comuns em procurar uma escolha razoável dentro de uma oferta imperfeita.

Na última noite, os líderes falaram ao mesmo tempo em canais diferentes. Cada um anunciou uma vaga de esperança. Os ecrãs mostravam bandeiras, música e famílias sorridentes. Portugal parecia prestes a nascer novamente, fenómeno recorrente que explicava a juventude retórica do país e a idade das suas infra-estruturas.

O Cidadão Contribuinte desligou a televisão.

- Já decidiste? - perguntou a esposa.
- Decidi.
- Em quem?
- Ainda não. Decidi que vou votar antes que convoquem outra eleição.

Afonso encerrou o nono relatório:

«O medo pode mobilizar uma democracia, mas não a melhora. Quando cada partido se apresenta como última barreira contra o apocalipse, o cidadão deixa de escolher um projecto e passa a seleccionar o desastre que lhe parece menos provável.»

Acrescentou uma nota:

«Na República do Quase, a moderação não consistia em reduzir o medo. Consistia em apresentá-lo com gravata.»

DOCUMENTO INTERCALAR VI - REGULAMENTO DA CAMPANHA

Cada partido deve apresentar-se como último obstáculo entre o eleitor e a catástrofe.

As catástrofes podem ser económicas, morais, migratórias, fiscais ou combinadas em formato vertical.

Depois das eleições, o medo será reciclado como mandato democrático.

CAPÍTULO 10

O Povo Devolve o Comando

Em que os eleitores repetem o protagonista, mudam a oposição e deixam a maioria por montar

O dia das eleições amanheceu calmo. As escolas abriram como assembleias de voto, as urnas foram seladas e os representantes dos partidos sentaram-se diante de mesas cobertas por toalhas verdes, reproduzindo uma liturgia democrática que sobrevivera a governos, escândalos e previsões televisivas.

Afonso Quântico chegou cedo a uma freguesia nos arredores de Lisboa. Um idoso apresentou o cartão, recebeu o boletim e entrou na cabine.

- Vota sempre? - perguntou o investigador à saída.

- Sempre.

- Confia nos políticos?

- Não exageremos.

- Então por que vota?

O homem dobrou o boletim imaginário entre os dedos.

- Porque desconfiar com voto é melhor do que obedecer sem ele.

Afonso registou a frase como património democrático informal.

Ao longo do dia, os canais transmitiram filas, boletins e declarações cuidadosamente vazias. Os candidatos votaram acompanhados pela família. Todos disseram confiar nos portugueses. Nenhum esclareceu se essa confiança sobreviveria ao resultado.

Às vinte horas, as projecções apareceram.

A Aliança da Normalidade vencera. Luís Montepardo regressava ao centro do palco poucos meses depois de ter caído. O Partido da Serenidade sofrera uma derrota profunda. O Basta Já! tornara-se a principal força da oposição, quebrando a antiga alternância entre os dois partidos que haviam organizado a democracia durante meio século.

Afonso ficou diante do painel. Os números eram claros e a interpretação tornou-se imediatamente caótica.

Montepardo declarou uma vitória inequívoca. Era inequívoca quanto ao primeiro lugar e bastante equívoca quanto à maioria. Obtivera mais deputados, mas continuava sem votos suficientes para governar sozinho.

O Basta Já! celebrou uma transformação histórica. O seu líder anunciou que o povo expulsara o sistema, apesar de o partido passar a ocupar sessenta lugares no centro do sistema, com gabinetes, assessores e verba pública.

O Partido da Serenidade reconheceu a derrota. Pedro Prudente falou com dignidade e deixou a liderança. Os comentadores elogiaram o discurso durante quinze minutos e passaram o resto da noite a discutir quem ocuparia o lugar vago.

Os partidos menores encontraram razões para satisfação. Um conservara representação. Outro crescera num distrito. Um terceiro perdera votos mas mantivera a coerência, activo político de elevado valor moral e reduzida capacidade legislativa.

Afonso procurou compreender por que razão os portugueses tinham devolvido o comando a Montepardo depois da crise da Firma Filosofal. Entrevistou eleitores.

- Votei nele porque os outros fizeram cair o Governo sem apresentar solução - disse uma comerciante.

- Votei para não dar força ao Basta Já! - explicou um engenheiro.

- Votei no Basta Já! porque estou farto dos mesmos - afirmou um motorista.

- Votei no Partido da Serenidade porque não quero a direita - disse uma professora.

- Votei em branco porque todos falam de mim e nenhum fala comigo - respondeu um jovem precário.

O povo não era uma entidade com uma vontade única. Era uma multidão de experiências, receios e cálculos. A linguagem política falava da «mensagem dos portugueses» como se vinte milhões de mãos tivessem escrito a mesma frase. Afonso encontrou várias mensagens simultâneas:

«Continue.»

«Mude.»

«Não governe sozinho.»

«Acabe com o sistema.»

«Proteja o sistema.»

«Baixe os impostos.»

«Reforce os serviços públicos.»

«Faça tudo isto sem aumentar a despesa nem reduzir nada que me seja útil.»

A democracia convertera diferenças reais numa assembleia fragmentada. Não era um erro de cálculo. Era o retrato do país.

Na sede da Aliança da Normalidade, os militantes agitavam bandeiras. Montepardo subiu ao palco e prometeu humildade, diálogo e determinação. Afonso comparou o

discurso com o da eleição anterior. Encontrou 63 por cento de semelhança lexical e 100 por cento de renovação emocional.

- Portugal escolheu a estabilidade - declarou o líder.

Um jornalista perguntou como garantiria estabilidade sem maioria.

- Com responsabilidade de todos.

Afonso traduziu: «Os outros partidos deverão viabilizar o que o Governo apresentar, sob pena de serem responsabilizados pela instabilidade que o Governo não consegue evitar sozinho.»

No Palácio de Belém, Marcélio iniciou consultas. O Presidente sabia que não poderia dissolver novamente o Parlamento durante determinado período constitucional. Isso oferecia à estabilidade uma protecção semelhante à de uma criança cujo pai guardou a chave da porta: não significa que a família esteja em harmonia, apenas que ninguém pode sair imediatamente.

Marcélio recebeu Montepardo e indigitou-o primeiro-ministro. O encontro foi cordial. O Presidente falou sobre diálogo. Montepardo falou sobre mandato reforçado. Ambos falaram sobre estabilidade. A palavra foi repetida tantas vezes que os jornalistas suspeitaram de fragilidade.

Afonso acompanhou a formação do novo Governo. Alguns ministros regressaram. Outros foram substituídos. Surgiram independentes, técnicos e figuras partidárias. A imprensa chamou-lhe Executivo renovado. Um cidadão contou os nomes novos e concluiu que a renovação se encontrava dentro da margem de erro.

O Basta Já! assumiu o estatuto de principal oposição. A sua bancada entrou no Parlamento com energia de ocupação. Prometeu fiscalizar, denunciar e combater. Os partidos tradicionais descobriram que a indignação, quando institucionalizada, recebe tempo de antena proporcional.

O Cidadão Contribuinte assistiu à tomada de posse.

- Este Governo dura? - perguntou a esposa.

- O Presidente não pode dissolver já.

- Não perguntei se pode cair. Perguntei se dura.

- Em Portugal, é praticamente a mesma pergunta.

Afonso estudou a distribuição de mandatos. A Aliança da Normalidade tinha 91 deputados num Parlamento de 230. O Basta Já! tornara-se segunda força. O Partido da Serenidade descera ao terceiro lugar. A velha arquitectura bipartidária não desaparecera, mas perdera uma parede de suporte.

Os politólogos falaram em recomposição do sistema. Alguns viram europeização. Outros viram protesto. Houve quem visse fadiga, polarização ou castigo. Afonso concluiu

que todos podiam ter alguma razão, vantagem estatística de teorias suficientemente abrangentes.

O resultado obrigava a novas relações. A direita moderada teria de decidir como governar sem depender formalmente da direita radical. O centro-esquerda teria de reaprender a ser oposição sem presumir que o poder lhe pertencia por rotação natural. O Basta Já! teria de demonstrar se conseguia transformar protesto em trabalho parlamentar. Os partidos pequenos teriam de fazer ouvir propostas num hemiciclo mais ruidoso.

Afonso percebeu que a eleição não resolvera a crise. Alterara-lhe a forma.

Isso não significava que o voto tivesse falhado. O voto não existe para produzir resultados confortáveis aos dirigentes. Existe para converter a sociedade em representação, mesmo quando a sociedade está dividida, cansada ou zangada.

Num arquivo de comentários televisivos, Afonso encontrou a pergunta: «Como pôde o povo votar novamente em Montepardo?»

A formulação parecia-lhe arrogante. O povo não devia explicações aos comentadores. Os partidos deviam explicações ao povo. Um eleitor pode escolher por confiança, medo, interesse, hábito, estratégia ou ausência de alternativa convincente. A democracia não exige pureza filosófica no boletim. Exige liberdade, informação e contagem honesta.

A noite terminou com os líderes diante das câmaras. Montepardo prometeu fazer mais e melhor. O líder do Basta Já! anunciou que nada seria como antes. O Partido da Serenidade iniciou a procura de um novo secretário-geral. Os mercados abriram no dia seguinte sem consultar nenhum deles.

Na segunda-feira, o Cidadão Contribuinte levou o filho à escola, encontrou trânsito e chegou atrasado ao trabalho. A República mudara de mapa parlamentar, mas a carruagem das 8h12 continuava suprimida.

Afonso encerrou o décimo relatório:

«O eleitorado não devolveu o comando por ter esquecido o passado. Devolveu-o porque comparou as alternativas disponíveis e escolheu a combinação de risco, esperança e desconfiança que lhe pareceu suportável.»

E acrescentou:

«A democracia não promete que o povo escolherá como nós escolheríamos. Promete algo mais importante: que ninguém escolherá por ele.»

DOCUMENTO INTERCALAR VII - CERTIDÃO DA VONTADE POPULAR

O povo manifestou uma vontade clara, composta por várias vontades incompatíveis.

A força vencedora recebe o direito de governar e o dever de convencer quem não a deixou governar sozinho.

A estabilidade considera-se aprovada, sujeita a disponibilidade parlamentar.

CAPÍTULO 11

Reformas à Velocidade da Luz

Em que o Estado acelera nos comunicados e pede ao cidadão que aguarde na linha

O segundo Governo de Montepardo tomou posse com uma missão clara: fazer mais, fazer depressa e demonstrar que a velocidade constituía uma política pública.

Na primeira reunião, o ministro da Aceleração apresentou um painel luminoso. Tinha cento e vinte medidas, sete eixos, vinte e quatro metas e uma seta verde que subia para a direita, o sentido oficial do progresso desde a invenção do PowerPoint.

- Precisamos de reformas à velocidade da luz - declarou Montepardo.

Afonso Quântico consultou o seu tradutor físico.

- A luz percorre cerca de trezentos mil quilómetros por segundo - informou.

O assessor de comunicação sorriu.

- É uma metáfora.

- Ainda bem. A matéria não sobreviveria à aceleração.

- As reformas também não precisam de ser matéria nesta fase.

O novo Executivo anunciou mudanças na Administração Pública, Justiça, Saúde, Habitação, Educação, fiscalidade e legislação laboral. Cada área recebeu um plano com nome próprio. Os planos receberam logótipo, sítio electrónico e fotografia de lançamento. Alguns receberam ainda um grupo de acompanhamento encarregado de acompanhar o grupo responsável pela execução.

Afonso visitou o Ministério da Transformação Permanente. À entrada havia um ecrã com a mensagem: «O FUTURO COMEÇA AGORA». Por baixo, uma folha A4 informava: «Sistema de senhas temporariamente indisponível. Retire senha manual no segurança.»

O director-geral mostrou-lhe o portal de simplificação.

- O cidadão pode tratar de tudo online.

- Tudo?

- Tudo o que está disponível.

- E o que não está?

- Pode descarregar o formulário.

- Preenchê-lo digitalmente?

- Imprimir, assinar e entregar presencialmente.

Afonso reconheceu o ciclo da água administrativa: o documento nascia digital, precipitava-se em papel, atravessava um balcão e regressava ao sistema através de digitalização.

Na Saúde, o Governo anunciou equipas, incentivos e reorganização das urgências. Os responsáveis apresentaram mapas. Os médicos apresentaram escalas. Os mapas estavam verdes; as escalas tinham espaços em branco.

Num hospital, Afonso encontrou uma enfermeira a gerir três corredores e duas ausências.

- A reforma já chegou? - perguntou.

- Chegou uma circular.

- E ajudou?

- Está a segurar a janela.

Na Justiça, foi prometida rapidez. Criaram-se objectivos para reduzir pendências e modernizar sistemas. Um tribunal recebeu computadores novos, mas a aplicação principal exigia um navegador antigo. O técnico instalou uma máquina virtual para permitir ao futuro comunicar com o passado.

- Isto é transformação digital? - perguntou Afonso.

- É arqueologia assistida por hardware - respondeu o técnico.

Na Habitação, o Governo anunciou construção, garantias, benefícios fiscais e programas para jovens. As medidas eram reais, mas o mercado possuía a desagradável autonomia de continuar caro. Um casal visitou um apartamento de quarenta metros quadrados anunciado como «experiência urbana compacta».

- Tem quarto? - perguntou o jovem.

- Tem um espaço flexível de descanso - respondeu o agente.

- Isso é o sofá?

- É uma solução modular.

A renda equivalia a quase dois salários mínimos. O casal saiu com uma brochura sobre apoio à primeira habitação e regressou à casa dos pais.

O Governo apresentou também uma reforma laboral. As confederações patronais falaram em flexibilidade. Os sindicatos falaram em precariedade. O ministro falou em modernização. Afonso concluiu que três grupos podiam observar o mesmo artigo de lei e encontrar três animais diferentes.

As negociações produziram manifestações. Trabalhadores marcharam com cartazes. Empresários alertaram para a competitividade. O Governo garantiu abertura ao diálogo, expressão que normalmente precedia uma reunião onde todos repetiam as posições conhecidas e saíam declarando que o processo continuava.

O Ministério da Aceleração media o progresso em anúncios executados. Cada conferência de imprensa fazia subir o indicador. Afonso perguntou por que não mediam resultados.

- Os resultados demoram - explicou o director.
- Então como sabem se a reforma funciona?
- Quando funcionar, criaremos um indicador.
- E se não funcionar?
- Reformulamos o indicador.

Afonso reconheceu a Lei de Goodhart, antiga regra terrestre segundo a qual uma medida deixa de ser boa quando se transforma em objectivo. Na República do Quase, desenvolvera-se uma versão mais avançada: quando o objectivo falhava, media-se a actividade destinada a explicar o objectivo.

No debate do Estado da Nação, Montepardo afirmou que o país estava a mudar e que o Governo cumpria o compromisso de fazer sempre mais. A bancada aplaudiu. A oposição perguntou «mais o quê?». O Basta Já! exigiu muito mais, excepto nas áreas em que exigia menos Estado. O Partido da Serenidade respondeu que faria diferente, sem detalhar a velocidade.

Afonso observou que «mais» era uma palavra politicamente perfeita. Não especificava qualidade, direcção ou conclusão. Mais leis, mais casas, mais médicos, mais impostos, mais cortes, mais reuniões e mais dúvidas cabiam na mesma sílaba.

Entretanto, funcionários públicos trabalhavam para executar medidas reais. Técnicos preparavam regulamentos. Engenheiros desenhavam projectos. Professores adaptavam escolas. Profissionais de saúde reorganizavam turnos. O Estado não era apenas o palco dos anúncios; era uma multidão de pessoas a tentar transformar decisões em serviços.

Afonso admirava essa camada silenciosa. Sabia que a sátira podia tornar-se injusta se confundisse burocracia com todos os burocratas. Muitos procedimentos absurdos sobreviviam apesar dos funcionários, não por causa deles. O empregado ao balcão também sofria o sistema que representava.

O Cidadão Contribuinte telefonou para um serviço público. Uma voz automática agradeceu o contacto e informou que o tempo médio de espera era superior a trinta minutos.

- A chamada é importante para nós - dizia a gravação.
- Imagino quando não é - murmurou o cidadão.

Ao fim de quarenta minutos, a ligação caiu. Recebeu depois um inquérito por mensagem:

«De 0 a 10, qual a probabilidade de recomendar este serviço?»

Respondeu 0.

O sistema agradeceu a participação e classificou-a como envolvimento cívico.

Afonso reuniu os planos governamentais. Alguns tinham potencial. Havia investimentos sérios, reformas necessárias e medidas com efeitos concretos. O problema não era anunciar futuro. Governar exige visão. O problema era apresentar cada anúncio como chegada, cada diploma como execução e cada intenção como resultado.

Uma reforma verdadeira, escreveu, é uma cadeia longa: diagnóstico, desenho, recursos, legislação, sistemas, formação, execução, avaliação e correcção. A política mostrava a fotografia da primeira pedra e regressava apenas para inaugurar, deixando o quotidiano entregue a trabalhadores e cidadãos.

No Ministério da Aceleração, o painel atingiu 94 por cento de progresso. Afonso perguntou como fora calculado.

- Das cento e vinte medidas, cento e treze foram iniciadas.
- Quantas concluídas?
- A conclusão pertence a uma fase posterior.
- E quantas produziram o efeito desejado?

O director olhou para o relógio.

- Essa pergunta exige uma reunião técnica.
- Quando?
- Estamos a procurar disponibilidade.

Afonso encerrou o décimo primeiro relatório:

«A velocidade política mede o tempo entre a decisão e o anúncio. A velocidade administrativa mede o tempo entre o anúncio e a execução. A velocidade humana mede o tempo até alguém sentir a diferença. Na República do Quase, estas três velocidades raramente viajavam no mesmo comboio.»

E acrescentou:

«Reformar não é prometer o futuro com mais força. É construir capacidade suficiente para que o presente deixe de desmentir o discurso.»

DOCUMENTO INTERCALAR VIII - DECRETO DE ACELERAÇÃO

Artigo 1.º: todas as reformas passam a ter carácter urgente, estrutural e transformador.

Artigo 2.º: a execução será medida pelo número de medidas iniciadas.

Artigo 3.º: os efeitos sobre a realidade serão avaliados quando deixarem de ser urgentes.

CAPÍTULO 12

O Novo Aeroporto da Esperança

Em que uma infra-estrutura atravessa gerações antes de atravessar o Tejo

Afonso Quântico encontrou o projecto do novo aeroporto numa sala climatizada dos Arquivos Nacionais. Não era um documento. Era uma formação geológica.

As primeiras camadas datavam de meados do século XX. Seguiam-se estudos, mapas, alternativas, decisões, revogações, avaliações ambientais, comissões técnicas, resoluções e apresentações. A pasta crescera até exigir uma estante reforçada.

Na capa mais recente lia-se: «Aeroporto Luís de Camões - decisão definitiva.»

Afonso sorriu. Já encontrara a expressão «decisão definitiva» em várias camadas anteriores.

O arquivista percebeu-lhe a dúvida.

- Desta vez é mesmo.
- Como sabe?
- Está escrito.
- Também estava nas anteriores.
- Mas agora está a negrito.

A localização escolhida situava-se no Campo de Tiro de Alcochete. O Governo anunciara a decisão em 2024 e continuava, em 2026, a validar estudos, preparar deslocações, analisar impactos e negociar calendários. Havia progresso real, explicou o arquivista. Afonso não duvidava. O seu espanto dirigia-se à escala temporal da esperança portuguesa.

Em RK23-Sábio, uma infra-estrutura que demorasse cinquenta anos a decidir seria classificada como monumento histórico antes da construção. Em Portugal, continuava a chamar-se «novo aeroporto».

Afonso visitou o local. Encontrou planícies, céu amplo e técnicos a medir o terreno. Um engenheiro explicou as fases: relatório do local, estudo de impacte ambiental, candidatura da concessionária, acessibilidades, transferência do campo de tiro, licenciamento, construção, testes e certificação.

- Quando abre? - perguntou Afonso.
- O calendário aponta para a próxima década.
- Qual parte da década?
- A parte calendarizada.

- E se houver atrasos?

- Recuperaremos o calendário.

Afonso anotou que os calendários portugueses possuíam propriedades elásticas e capacidade de recuperação semelhante à memória política.

No centro de visitantes, uma maquete mostrava terminais luminosos, pistas e comboios. Pequenas figuras caminhavam com malas. Nenhuma esperava por bagagem, detalhe que confirmou a natureza utópica do modelo.

O Governo falava do aeroporto como motor de crescimento, turismo e conectividade. As críticas lembravam custos, ambiente e riscos de execução. A discussão era legítima. Grandes infra-estruturas exigem escrutínio, precisamente porque atravessam governos e comprometem recursos de gerações.

O problema começava quando o debate técnico era convertido em campeonato partidário. Cada Governo queria ser o que decidira. Nenhum desejava ser apenas o que executara discretamente a fase menos fotogénica.

Afonso encontrou uma cronologia de localizações estudadas. Os nomes pareciam capítulos de uma epopeia: Portela, Rio Frio, Ota, Alcochete, Montijo, Vendas Novas. Em cada época, especialistas demonstraram vantagens e inconvenientes. Em cada época, políticos anunciaram urgência. A urgência atravessou décadas sem perder validade.

O Cidadão Contribuinte ouvira falar do novo aeroporto desde jovem.

- Chegarei a usá-lo? - perguntou ao filho.

- Depende.

- De quê?

- De o construírem ou de quanto tempo pensa viver?

- Das duas coisas.

A esperança aeroportuária tinha uma característica nacional: unia gerações. Avôs discutiam localizações com netos que ainda não tinham carta de condução.

Afonso viajou depois para norte, onde começavam os projectos da linha ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Porto. Ali encontrou concursos, financiamento europeu, estudos ambientais e primeiros troços em preparação. Ao contrário da caricatura do comboio imaginário, havia engenharia concreta, contratos e planeamento.

Um técnico mostrou-lhe o traçado.

- O objectivo é reduzir significativamente o tempo entre as duas cidades.

- Quando estará concluído?

- Por fases.

- Quando termina a última?

- Há calendários.

- Recuperáveis?

O técnico riu.

- O senhor já conhece o país.

Afonso percebeu que a sátira precisava de cuidado. Ridicularizar projectos em execução apenas porque demoravam seria confundir complexidade com incompetência. Uma ferrovia de alta velocidade, um aeroporto ou uma travessia fluvial exigem anos. O que merecia humor era a tradição de anunciar o destino como se os trabalhos preparatórios já fossem chegada.

Nos jornais, cada concurso era apresentado ora como «passo decisivo», ora como «novo atraso». Havia tantos passos decisivos que o projecto parecia percorrer uma maratona sem sair da conferência.

A linguagem infra-estrutural possuía uma escala própria:

«Em estudo» significava que alguém recebera mandato para pensar.

«Em desenvolvimento» significava que existiam equipas e apresentações.

«Em fase de concurso» significava que a realidade se aproximava com documentação extensa.

«Adjudicado» significava que começavam as perguntas sobre prazos e custos.

«Irreversível» significava que seria politicamente embaraçoso reverter.

«Concluído» significava que se preparava a inauguração e a lista de correcções.

Afonso assistiu a uma cerimónia de assinatura. Havia ministros, presidentes, administradores e uma mesa com canetas alinhadas. Os discursos falaram em coesão, sustentabilidade, competitividade e futuro.

No exterior, um comboio convencional chegou com atraso.

- A alta velocidade resolverá isto? - perguntou um passageiro.

- Não necessariamente - respondeu outro. - Mas chegaremos mais depressa ao atraso seguinte.

Afonso guardou a frase, embora a considerasse injusta para os engenheiros.

O novo aeroporto e a alta velocidade revelavam algo profundo sobre Portugal. O país possuía capacidade técnica, acesso a financiamento, experiência e profissionais competentes. O que lhe faltava frequentemente era continuidade política sem teatralização. Cada mudança de Governo reabria símbolos, nomes e prioridades, mesmo quando a obra exigia sobretudo persistência administrativa.

A democracia precisa de debate, mas o debate não pode converter cada infra-estrutura numa guerra de identidade. Decidir cedo e mal é perigoso. Estudar

eternamente também. A maturidade consiste em avaliar alternativas, decidir com transparência e executar sob fiscalização, permitindo correcções sem regressar sempre à estaca zero.

No local do futuro aeroporto, o sol descia sobre o campo. Afonso imaginou aviões, terminais e linhas ferroviárias. Não achou absurdo sonhar. As sociedades constroem-se primeiro na imaginação. Achou apenas perigoso confundir a maquete com a obra e a decisão com a pista.

Antes de sair, encontrou uma placa provisória:

«AQUI NASCERÁ O FUTURO.»

Alguém escrevera por baixo:

«Favor indicar data de nascimento.»

Afonso encerrou o décimo segundo relatório:

«Portugal não sofria de falta de futuro. Sofria de excesso de cerimónias de apresentação do futuro.»

E acrescentou:

«Uma grande obra pública não pertence ao governante que a anuncia nem ao que a inaugura. Pertence aos cidadãos que a pagam, aos técnicos que a constroem e às gerações que viverão com as suas consequências.»

DOCUMENTO INTERCALAR IX - PLACA INAUGURAL PROVISÓRIA

AQUI NASCERÁ O FUTURO AEROPORTO.

Data de conclusão: conforme calendário em recuperação.

Esta placa substitui provisoriamente a primeira pedra até conclusão dos estudos para a cerimónia.

CAPÍTULO 13

A República do Quase

Em que o investigador descobre que a palavra nacional é também uma forma de resistência

Afonso Quântico demorou meses a compreender a palavra «quase».

No início, parecera-lhe apenas um advérbio de insuficiência. Quase feito. Quase pronto. Quase reformado. Quase explicado. Era a pequena almofada colocada entre a promessa e o fracasso, permitindo que a queda não produzisse ruído excessivo.

Depois percebeu que «quase» era mais do que isso. Funcionava como sistema operativo nacional.

Portugal quase convergia com a Europa. Quase resolvia a habitação. Quase estabilizava a Saúde. Quase simplificava a Justiça. Quase concluía a legislatura. Quase encontrava responsáveis. Quase iniciava o novo aeroporto. Quase chegava a horas.

A palavra protegia os governantes porque mantinha a realização no horizonte. Uma promessa falhada podia ser abandonada. Uma promessa quase cumprida permanecia viva, exigindo apenas mais tempo, mais verbas e uma nova apresentação.

Afonso reuniu os seus relatórios numa sala do antigo Parlamento. O Reino da Consciência Tranquila, o Presidente Falador, as eleições repetidas, Montepardo, as linhas cromáticas, a Firma Filosofal, o Ministério das Explicações, a moção de Autodesconfiança, a campanha do medo, o regresso às urnas, as reformas luminosas e o aeroporto da esperança formavam um único desenho.

Não era a história de um país incapaz. Era a história de um país capaz de muito e exigente de menos do que podia.

Esta distinção importava.

Afonso visitara laboratórios onde investigadores portugueses trabalhavam na fronteira da ciência. Conhecera engenheiros que resolviam problemas complexos, empresas exportadoras, programadores, médicos, professores, artistas, agricultores e trabalhadores que mantinham o país em movimento apesar de sistemas frágeis.

Encontrara autarquias eficientes e serviços públicos competentes. Vira projectos concluídos, escolas transformadas, hospitais onde equipas faziam milagres sem usar a palavra e empresas que cresciam sem chamar «disrupção» ao acto de pagar salários a tempo.

Portugal não era uma piada. O poder é que produzia piadas com frequência preocupante.

O Cidadão Contribuinte acompanhou Afonso numa viagem pelo país. Saíram de Lisboa, atravessaram o litoral e seguiram para o interior.

- Aqui fecharam a estação - disse o cidadão.

- E como se deslocam?

- De carro, se houver dinheiro e idade.

Mais adiante, passaram por uma escola renovada com fundos europeus.

- Aqui ficou melhor - reconheceu.

Numa vila, encontraram uma unidade de saúde com médico de família. Noutra, havia pessoas sem consulta regular. Em algumas estradas, a fibra óptica chegara antes do transporte público. Em outras, a paisagem e a comunidade resistiam onde o Estado aparecia apenas em formulários.

Afonso percebeu que o país não podia ser descrito por uma única ironia. A sátira ilumina contradições, mas torna-se preguiçosa quando transforma tudo em fracasso. Portugal melhorara profundamente desde a ditadura: educação, saúde, infra-estruturas, direitos, esperança de vida, integração europeia e liberdade. O problema era a distância persistente entre o potencial e a execução, entre a ambição dos discursos e a qualidade desigual das instituições.

- Por que aceitam isto? - perguntou Afonso.

O Cidadão Contribuinte olhou pela janela.

- Não aceitamos exactamente.

- Protestam?

- Às vezes.

- Mudam o voto?

- Muitas vezes.

- Exigem responsabilidades?

- Sim.

- E elas aparecem?

- Quase.

Afonso riu. O cidadão também.

O humor era uma das tecnologias de sobrevivência portuguesas. Permitia reconhecer o absurdo sem sucumbir a ele. Uma piada sobre um ministro, uma repartição ou um comboio atrasado não era apenas resignação. Era também uma forma de retirar solenidade ao poder.

Os autoritários detestam humor porque o riso quebra a distância. Um líder pode sobreviver a uma crítica; uma caricatura bem feita acompanha-o para sempre. A

democracia portuguesa permanecia viva também porque os governantes podiam ser imitados, contraditos e ridicularizados sem enviarem a polícia buscar o autor.

Mas o humor continha risco. Podia aliviar a indignação antes de ela produzir mudança. O cidadão ria, partilhava a piada e regressava à fila. O escândalo transformava-se em entretenimento. A responsabilidade dissolvia-se entre memes.

Afonso escreveu: «Uma democracia saudável usa o humor como bisturi. Uma democracia fatigada usa-o como anestesia.»

No Parlamento, os debates continuavam. Montepardo anunciava reformas. O Basta Já! gritava contra o sistema. O Partido da Serenidade procurava renascer. Marcélio aproximava-se do fim do mandato comentando a sucessão com a discrição de um narrador desportivo junto à linha lateral.

O investigador já não via apenas personagens. Via incentivos.

Governos recompensados por anunciar antes de executar.

Partidos recompensados por indignar antes de propor.

Jornalistas pressionados a publicar antes de verificar tudo.

Comentadores recompensados por ter certeza antes de conhecer os factos.

Cidadãos cansados, com pouco tempo para acompanhar processos complexos.

Instituições lentas a esclarecer e rápidas a proteger-se.

A República do Quase não fora desenhada por uma conspiração. Emergira de milhares de pequenas adaptações convenientes. Cada actor fazia o que o sistema premiava. O resultado era uma democracia livre, mas com baixa densidade de consequência.

Um ministro podia falhar e sair para outro cargo. Um dirigente partidário perdia eleições e regressava como comentador. Uma comissão concluía e outra estudava a conclusão. Uma empresa pública mudava de administração, logótipo e plano estratégico sem mudar a avaria no elevador.

Afonso procurou a raiz filosófica. Encontrou-a na relação entre poder e tempo.

Quem governa controla a agenda. Pode anunciar hoje, executar amanhã e atribuir a avaliação ao Governo seguinte. Quem fiscaliza reage ao presente, mas os processos demoram. Quando a conclusão chega, o país já discute outro caso. A velocidade da notícia supera a velocidade da responsabilidade.

A solução não seria um governante perfeito. Essa esperança pertence às utopias perigosas. Seria construir instituições capazes de aprender: dados públicos, fiscalização efectiva, carreiras técnicas, avaliação independente, transparência, justiça em tempo útil e cidadãos com educação cívica.

Uma democracia corrigível não elimina o erro. Impede que o erro se torne método.

Afonso regressou a Lisboa na noite do aniversário da Revolução. Havia cravos, música e famílias nas ruas. Crianças que nunca conheceram censura corriam diante de pessoas que ainda recordavam o medo.

O investigador sentiu a dimensão do que estava a estudar. A liberdade portuguesa não era decoração constitucional. Tinha sido conquistada por gente real, depois protegida por eleições, conflitos, avanços e recuos.

O país podia ser medíocre em episódios e extraordinário na continuidade democrática.

Afonso encontrou uma mulher idosa com um cravo.

- Valeu a pena? - perguntou.

- Vale sempre a pena poder perguntar isso em voz alta - respondeu ela.

A frase encerrou o relatório melhor do que qualquer teoria.

A República do Quase não era uma democracia falhada. Era uma democracia incompleta, como todas, mas excessivamente habituada à incompletude. A sua grandeza estava na liberdade. A sua fraqueza, na tolerância à falta de consequência.

Afonso escreveu:

«Portugal quase fazia tudo aquilo que prometia. Porém, fez uma coisa decisiva: conservou o direito de discutir por que não fizera o resto.»

E, pela primeira vez, a palavra «quase» pareceu-lhe menos uma desculpa do que um ponto de partida.

DOCUMENTO INTERCALAR X - GLOSSÁRIO DO QUASE

Quase: unidade política de distância entre anúncio e resultado.

Irreversível: decisão cuja reversão exigiria nova conferência de imprensa.

Concluído: estado administrativo anterior à lista de correcções.

EPÍLOGO

Como a Democracia Sobreviveu

Em que Afonso Quântico entrega o relatório final e descobre que a burocracia não conhece fronteiras planetárias

No último dia da missão, Afonso Quântico voltou ao arquivo onde encontrara a primeira caixa. A sala estava mais cheia. Durante os meses de investigação, novos comunicados, inquéritos, planos e esclarecimentos tinham sido acrescentados às prateleiras. A democracia portuguesa continuava a produzir documentação à velocidade da luz, embora a luz já tivesse apresentado pedido de transferência.

O Instituto de Arqueologia Democrática aguardava uma conclusão simples: Portugal funcionava ou não funcionava?

Afonso considerou a pergunta intelectualmente indigna. As sociedades não são interruptores. Funcionam em algumas dimensões, falham noutras e sobrevivem através de combinações que nenhum organograma consegue representar.

Sentou-se diante da janela. O Tejo brilhava. Barcos atravessavam o rio. Aviões passavam sobre a cidade, ainda a partir do aeroporto antigo. Num ecrã, um ministro anunciava a recuperação de um calendário. Num café, cidadãos discutiam o anúncio com a autoridade de quem pagava impostos desde antes do estudo preliminar.

Afonso iniciou o relatório final:

«A República Portuguesa, conhecida no presente estudo como República do Quase, conservou entre 2023 e 2026 as características fundamentais de uma democracia constitucional: eleições competitivas, alternância, liberdade de imprensa, pluralismo, tribunais, protesto público e transferência pacífica do poder.»

Parou. A frase era correcta, mas insuficiente.

Acrescentou:

«Também conservou uma extraordinária capacidade para transformar responsabilidade em contexto, execução em anúncio, conflito de interesses em debate semântico e instabilidade em oportunidade eleitoral.»

Isso estava melhor.

Afonso reviu as personagens. António Sereno caíra com a consciência tranquila e subira para a Europa. Marcélio falara para impedir o silêncio e, por vezes, impedira também a clareza. Luís Montepardo prometera normalidade, tropeçara na Firma Filosofal, derrubara o próprio Governo e regressara fortalecido. Os partidos tinham mudado de posição, tom e tamanho. O povo votara três vezes, continuando a trabalhar entre uma campanha e outra.

Nenhum desses episódios destruía a democracia.

Essa era a conclusão essencial.

Os governos caíram sem tanques. Os derrotados entregaram cargos. Os jornalistas investigaram. Os tribunais prosseguiram processos. Os humoristas publicaram caricaturas. Os cidadãos insultaram governantes nas redes sociais com criatividade que, noutros planetas, seria considerada recurso estratégico.

A democracia sobrevivera não porque os seus dirigentes fossem sempre dignos, mas porque ninguém possuía poder suficiente para tornar a indignidade definitiva.

O sistema tinha travões: Presidente, Parlamento, tribunais, imprensa, eleições, sociedade civil e União Europeia. Alguns rangiam. Outros actuavam tarde. Porém, impediam que um homem, partido ou empresa familiar se confundisse inteiramente com o Estado.

Afonso escreveu:

«A democracia não é o regime em que pessoas exemplares governam. É o regime em que pessoas imperfeitas podem ser controladas, substituídas e ridicularizadas sem que o país precise de uma revolução em cada terça-feira.»

Havia, contudo, perigos.

A repetição de escândalos podia produzir cinismo. O cinismo favorecia quem prometia destruir instituições em nome da limpeza. A lentidão da Justiça podia converter suspeitas em sentenças populares e absolvições tardias em irrelevância. A desigualdade podia tornar a liberdade formal demasiado distante da vida concreta. A comunicação política podia transformar cidadãos em públicos e governos em departamentos de marketing.

Afonso não subestimava esses riscos. Democracias não morrem apenas por golpes. Podem esvaziar-se lentamente quando as pessoas deixam de acreditar que a verdade, o voto ou a competência fazem diferença.

Por isso, a defesa da democracia exigia mais do que celebrar eleições. Exigia instituições que respondessem, informação verificável, transparência patrimonial, serviços públicos capazes e partidos que seleccionassem competência em vez de fidelidade.

Exigia também cidadãos dispostos a ler além do título, desconfiar da frase fácil e reconhecer que nenhum salvador substitui o trabalho paciente de construir regras.

O Cidadão Contribuinte apareceu à porta do arquivo.

- Vai embora?

- A missão terminou.

- Conseguiu perceber Portugal?

Afonso olhou para as estantes.

- Percebi que quem diz ter percebido Portugal provavelmente vai escrever uma coluna semanal.

O cidadão riu.

- Então aprendeu alguma coisa.

Caminharam até à rua. Lisboa estava cheia de obras, turistas, buzinas e cartazes sobre o futuro. Afonso perguntou qual era o segredo da sobrevivência nacional.

O cidadão pensou.

- Talvez seja não acreditar inteiramente em ninguém.

- Isso não destrói a confiança?

- Impede a adoração.

- E como constroem coisas juntos?

- Devagar. Às vezes demasiado devagar.

- E quando falham?

- Mudamos o Governo.

- E se o novo falhar?

- Fazemos piadas e mudamos outra vez.

Afonso reconheceu ali uma teoria política completa.

Antes de partir, passou por Belém. Marcélio dava uma última declaração junto a um grupo de jornalistas. Montepardo apresentava um plano de reformas. A oposição exigia esclarecimentos. Um comentador explicava que o momento era decisivo.

Tudo continuava.

Na nave, Afonso enviou o relatório para RK23-Sábio. O sistema pediu uma classificação final numa escala de zero a dez.

Pensou na liberdade, nos atrasos, nos cravos, nas filas, nos investigadores, nos PowerPoints, nas eleições e na mulher idosa.

Escolheu sete.

O computador perguntou: «Justifique a avaliação.»

Afonso escreveu:

«Democracia viva, instituições cansadas, cidadãos resistentes. Excelente capacidade de crítica. Execução irregular. Potencial elevado. Recomenda-se actualização contínua e redução urgente do número de comissões.»

O sistema respondeu:

«Relatório recebido. Será analisado por grupo de trabalho.»

Afonso olhou para o planeta azul e percebeu que a burocracia era, afinal, universal.

Ligou os motores.

Portugal ficou para trás, pequeno e luminoso junto ao Atlântico. Não era o melhor dos mundos, nem o pior. Era um país livre, contraditório, quase próspero, quase justo e quase sempre em discussão consigo próprio.

Talvez fosse esse o seu destino. Talvez fosse apenas uma fase.

As boas democracias não chegam a uma versão final. Corrigem-se.

E Portugal, apesar de tudo, continuava corrigível.

ÚLTIMA NOTA DO ARQUIVO

Classificação da República do Quase: democracia viva, instituições cansadas, cidadãos resistentes.

Estado do processo: corrigível.

Próxima revisão: permanente.

GUIA DE LEITURA

Personagens e Instituições da República do Quase

Afonso Quântico: Investigador de RK23-Sábio. Observa Portugal com a perigosa ingenuidade de quem ainda acredita que as palavras administrativas possuem significado literal.

António Sereno: Antigo primeiro-ministro. Mestre da estabilidade, da consciência tranquila e da progressão europeia por queda ascendente.

Luís Montepardo: Chefe da Aliança da Normalidade. Promete firmeza, descobre a geometria flexível das linhas vermelhas e transforma uma moção de confiança numa experiência de gravidade.

Marcélio: Presidente onnipresente, comentador preventivo e especialista em afectos públicos. Fala para aproximar o Estado e, por vezes, aproxima também a confusão.

Pedro Prudente: Líder do Partido da Serenidade. Homem sério num ecossistema que recompensa frases curtas, vídeos verticais e certezas instantâneas.

A Firma Filosofal: Empresa familiar de natureza quase metafísica. Quanto mais se explica, menos se compreende; quanto mais desaparece, mais regressa.

O Comentador Permanente: Entidade televisiva colectiva. Analisa factos antes de estarem disponíveis e preserva a razão através da evolução da realidade.

O Cidadão Contribuinte: Personagem principal não reconhecida. Paga, espera, vota, trabalha e conserva a extraordinária capacidade de rir sem abandonar inteiramente a esperança.

O Ministério das Explicações Tardias: Órgão encarregado de esclarecer acontecimentos depois de estes produzirem consequências e antes de o público perder completamente o interesse.

CRONOLOGIA FICCIONAL

Quatro Anos em que o Futuro esteve Quase Pronto

Novembro de 2023 - António Sereno abandona o Governo com a consciência tranquila. O país inicia um ciclo de eleições destinado a produzir estabilidade por repetição.

Março de 2024 - A Aliança da Normalidade vence sem maioria. Luís Montepardo chega ao poder e descobre que a aritmética parlamentar não respeita slogans.

2024 - As linhas vermelhas recebem tonalidades de governabilidade. A Firma Filosofal entra discretamente na narrativa e deixa de sair.

Março de 2025 - O Governo apresenta uma moção de confiança. O Parlamento responde. A resposta coincide com as previsões, mas é recebida como crise inesperada.

Maio de 2025 - Os cidadãos regressam às urnas. Montepardo regressa ao Governo. O Basta Já! torna-se principal oposição e o antigo centro político descobre novas coordenadas.

2025-2026 - O Executivo anuncia reformas na Administração, Saúde, Justiça, Habitação e Trabalho. A velocidade dos comunicados supera a velocidade dos efeitos, fenómeno ainda em estudo.

2026 - O novo aeroporto e a alta velocidade avançam por fases decisivas. Os calendários recuperam-se, os estudos concluem-se e o futuro conserva a disciplina de não chegar antes da cerimónia.

Julho de 2026 - Afonso Quântico conclui que Portugal não é uma democracia falhada. É uma democracia livre, fatigada e corrigível, instalada permanentemente entre a promessa e o quase.

NOTA CRONOLÓGICA

As datas reais inspiram a arquitectura narrativa. As personagens, diálogos e instituições pertencem à República do Quase.

O futuro permanece sujeito a alterações sem aviso prévio.

APÊNDICE

O Arquivo da República do Quase

Documentos administrativos encontrados por Afonso Quântico e preservados por evidente valor antropológico

Os documentos seguintes são ficcionais. Qualquer semelhança com formulários, circulares, regulamentos, comunicados ou experiências reais deve ser atribuída à persistência universal da burocracia.

DOCUMENTO A

Circular de Simplificação Administrativa

A Direcção-Geral da Simplificação Permanente informa todos os serviços de que, a partir da próxima segunda-feira, entra em vigor o Formulário Único Nacional.

O novo formulário substitui cento e quarenta e três impressos actualmente em circulação. Para garantir a correcta transição, cada pedido deverá ser acompanhado por uma declaração identificando qual dos formulários anteriores teria sido utilizado antes da simplificação.

O Formulário Único possui quarenta e seis páginas, três anexos, uma tabela de códigos e um campo destinado a explicar por que razão o cidadão considera que o seu assunto deve ser tratado pela entidade a que o entregou.

A entrega pode ser realizada por via digital. Após submissão, o requerente recebe um ficheiro em formato PDF que deverá imprimir, assinar e apresentar presencialmente para validação da assinatura electrónica.

Os cidadãos sem impressora podem solicitar uma declaração de impossibilidade de impressão. A declaração está disponível exclusivamente para descarregamento.

Os serviços devem evitar a palavra «problema». Recomenda-se «oportunidade de melhoria procedimental». A expressão «sistema indisponível» será substituída por «janela temporária de resiliência tecnológica».

Para reduzir tempos de resposta, os prazos passam a contar apenas a partir do momento em que o processo seja considerado completo. A decisão sobre a completude não possui prazo, por depender da análise preliminar dos elementos necessários à análise.

O acompanhamento do pedido poderá ser efectuado no Portal do Cidadão. Os estados possíveis são:

Recebido.

Em validação.

Em análise.

A aguardar elemento.

Elemento recebido.

Em reanálise.

Concluído administrativamente.

A decisão final será comunicada por carta.

A implementação desta reforma demonstra o compromisso do Estado com a proximidade, a eficiência e a redução do papel, excepto nos casos em que o papel seja indispensável para provar que a redução ocorreu.

DOCUMENTO B

Manual de Comunicação de Crise

O presente manual destina-se a titulares de cargos públicos confrontados com factos imprevistos, previsíveis ou previamente comunicados por correio electrónico não lido.

Fase 1: Surpresa institucional.

O titular deve declarar que tomou conhecimento pela comunicação social. Caso existam mensagens anteriores, deverá esclarecer que não as interpretou como conhecimento, mas como informação ainda não contextualizada.

Fase 2: Confiança absoluta.

Reafirmar confiança na pessoa envolvida, nas instituições e no apuramento da verdade. A confiança deve ser absoluta até ao minuto anterior à demissão.

Fase 3: Colaboração total.

Garantir disponibilidade para entregar documentos. Não especificar quais, quando ou em que formato. Se os documentos já forem públicos, anunciar a intenção de voltar a entregá-los.

Fase 4: Complexidade.

Recordar que os factos são complexos, que não devem ser julgados na praça pública e que qualquer pergunta simples revela desconhecimento da realidade administrativa.

Fase 5: Saída responsável.

Se a permanência se tornar impossível, o titular deve afastar-se «para não prejudicar o Governo», sem reconhecer falha. A saída será apresentada como acto de elevação moral e prova retrospectiva da sua adequação ao cargo.

Fase 6: Futuro.

Declarar que o país possui desafios demasiado importantes para continuar preso ao passado. O passado considera-se encerrado quando surgir uma crise mais recente ou quando o titular aceitar funções noutra instituição.

Recomenda-se evitar respostas completas numa única ocasião. A divulgação faseada prolonga o interesse jornalístico, mas permite apresentar cada esclarecimento como contributo decisivo para a transparência.

Em caso de contradição, usar a fórmula: «Não há qualquer contradição; há momentos diferentes de conhecimento sobre uma realidade em evolução.»

DOCUMENTO C

Plano Nacional de Recuperação de Calendários

Considerando que vários projectos estratégicos apresentam desvios temporais, o Governo aprova o Plano Nacional de Recuperação de Calendários.

O plano não altera os prazos. Altera a relação institucional com os prazos.

Um prazo ultrapassado deixa de ser classificado como atraso sempre que exista uma trajectória credível de recuperação. A credibilidade da trajectória será avaliada pela entidade responsável pelo atraso, com base em informação fornecida pela mesma.

Cada calendário passa a conter três datas:

Data anunciada.

Data tecnicamente provável.

Data comunicacionalmente utilizável.

Apenas a terceira será utilizada em conferências de imprensa.

Os projectos que atravessem mais de três legislaturas recebem o estatuto de Infra-Estrutura Transgeracional. Esse estatuto permite que cada Governo anuncie uma fase decisiva sem assumir as fases anteriores.

As expressões «adiamento» e «derrapagem» ficam reservadas a declarações da oposição. Nos documentos oficiais devem ser substituídas por «reprogramação», «ajustamento de sequência» e «optimização do caminho crítico».

Quando uma data se torne manifestamente impossível, será criado um grupo técnico para determinar em que momento deixou de ser possível. O grupo deverá concluir antes da nova data, salvo se a conclusão prejudicar a recuperação do calendário.

A inauguração poderá ocorrer por fases. Considera-se inauguração parcial qualquer cerimónia com púlpito, placa e pelo menos um equipamento ligado à corrente.

O plano entra imediatamente em vigor e será plenamente aplicado após conclusão do regulamento necessário à sua aplicação imediata.

DOCUMENTO D

Estatuto do Comentador Permanente

O Comentador Permanente é uma entidade audiovisual de presença contínua, capaz de interpretar factos antes da sua confirmação e consequências antes da ocorrência dos factos.

São requisitos para o exercício da função:

Falar com segurança sobre matérias exteriores à área de formação.

Possuir uma opinião inicial suficientemente flexível para acomodar acontecimentos posteriores.

Conseguir dizer «como sempre defendi» após defender o contrário em emissão anterior.

Distinguir rapidamente uma crise política de uma crise institucional, podendo alternar entre ambas conforme a duração do bloco televisivo.

O Comentador Permanente deve manter neutralidade estética. Para esse efeito, critica todos os partidos, embora não necessariamente com a mesma frequência, intensidade ou memória.

Quando não existam dados, deverá analisar sinais. Quando não existam sinais, analisará silêncios. O silêncio de um governante pode significar prudência, fraqueza, preparação ou estratégia. A escolha depende do grafismo disponível.

Em caso de sondagem, o comentador explicará movimentos dentro da margem de erro como tendências profundas, reservando a margem de erro para justificar previsões anteriores.

O Comentador Permanente não erra. Produz análises adequadas à informação disponível no momento. Se a informação contrariar a análise, considera-se que a realidade evoluiu.

A função possui elevada relevância democrática. Sem comentadores, os cidadãos seriam obrigados a esperar pelos factos e formar opinião própria, procedimento lento e incompatível com a grelha de programação.

O presente estatuto não se aplica a especialistas que reconheçam incerteza, por manifesta incompatibilidade com o formato televisivo.

DOCUMENTO E

Regulamento das Inaugurações Públicas

Toda a obra pública deve ser inaugurada, preferencialmente antes de concluída a campanha eleitoral e depois de colocadas as protecções necessárias para ocultar as zonas ainda em obra.

A cerimónia exige:

Uma placa com nomes suficientes para dificultar a substituição futura.

Uma fita cuja cor não possa ser interpretada como apoio partidário, salvo durante o período de campanha.

Tesoura de dimensão compatível com a importância anunciada.

Púlpito, microfones e crianças locais, desde que permaneçam imóveis durante os discursos.

A inauguração deve destacar a visão política dos decisores, o esforço dos contribuintes e, se houver tempo, o trabalho dos técnicos.

Obras iniciadas por Governos anteriores podem ser inauguradas pelo Governo em funções. Nesse caso, a continuidade do Estado será mencionada após a lista de realizações próprias.

Obras inauguradas anteriormente podem ser reinauguradas sempre que recebam nova ala, pintura, equipamento, designação ou visita ministerial com cobertura televisiva.

Se o equipamento não estiver operacional, utilizar a expressão «entrada progressiva em funcionamento». Caso permaneça encerrado, informar que a inauguração assinalou a conclusão da fase infra-estrutural e não o início do serviço, distinção que deveria ser evidente aos cidadãos razoáveis.

Após a cerimónia, a placa será protegida. Os manuais de manutenção, garantias e contactos técnicos poderão ser arquivados em local a determinar.

A obra considera-se plenamente integrada na comunidade quando deixar de aparecer nos discursos e começar a aparecer nas reclamações.

DOCUMENTO F

Inquérito Nacional de Satisfação do Cidadão

Obrigado por contactar a Administração Pública. A sua experiência é importante para nós e será analisada logo após as experiências anteriores.

Pergunta 1: conseguiu resolver o assunto?

Sim.

Não.

Ainda não, mas recebi uma referência.

Não sei, porque o portal terminou a sessão.

Pergunta 2: quanto tempo esperou?

Menos de dez minutos.

Entre dez minutos e duas horas.

Entre duas horas e uma legislatura.

O prazo ainda decorre administrativamente.

Pergunta 3: o funcionário foi atencioso?

Sim.

Não.

Foi, mas o sistema não permitiu.

O sistema foi atencioso, mas não havia funcionário.

Pergunta 4: recomendaria o serviço a familiares e amigos?

A recomendação é obrigatória para efeitos estatísticos.

Pergunta 5: autoriza o uso da sua resposta para demonstrar o aumento da participação cívica?

Sim.

A ausência de resposta será considerada consentimento metodológico.

Os resultados serão publicados num relatório anual. O indicador principal será a percentagem de cidadãos que completaram o inquérito, por ser a única variável inteiramente controlável pelo serviço.

Comentários livres poderão ser inseridos numa caixa com limite de cento e vinte caracteres. Comentários que excedam o limite serão classificados como contributos extensos e remetidos para análise futura.

A Administração agradece a colaboração. A sua opinião não altera necessariamente o processo, mas melhora a descrição do processo.

DOCUMENTO G

Glossário Estratégico da República do Quase

Agilizar: acrescentar uma plataforma ao procedimento existente sem remover o procedimento existente.

Acompanhamento: actividade pela qual uma entidade confirma periodicamente que outra entidade ainda não terminou.

Clarificação: momento em que uma explicação anterior recebe palavras adicionais sem se tornar mais simples.

Compromisso: promessa com data flexível e memória selectiva.

Diálogo: reunião em que todos repetem posições antes de declarar abertura.

Digitalização: conversão de papel em PDF, seguida de impressão para validação.

Disrupção: avaria apresentada por alguém com ténis brancos e diapositivos.

Estrutural: adjectivo aplicado a qualquer medida que se pretenda distinguir das medidas anteriores, também estruturais.

Governabilidade: qualidade exigida aos partidos que não governam para permitir que governe quem não obteve maioria.

Irreversível: politicamente embaraçoso de reverter.

Medida: unidade mínima de anúncio governamental. Pode ou não corresponder a uma alteração observável.

Modernização: aquisição de tecnologia destinada a reproduzir com maior velocidade um processo que ninguém se lembrou de simplificar.

Reforma: conjunto de medidas apresentado como sistema antes de ser testado como conjunto.

Responsabilidade: princípio universal cuja aplicação concreta depende do titular competente.

Transparência: divulgação progressiva de informação cuja existência foi inicialmente negada por falta de contexto.

Quase: estado intermédio permanente entre o que foi prometido e o que pode ser inaugurado.

DOCUMENTO H

Relatório de Risco Democrático

A República do Quase apresenta risco democrático moderado, com instituições funcionais, elevada liberdade de expressão e tendência persistente para confundir ruído com fiscalização.

Factores de protecção:

Eleições livres e competitivas.

Alternância pacífica do poder.

Imprensa capaz de investigar e irritar todos os governos.

Tribunais independentes, embora sujeitos à física terrestre do tempo.

Sociedade civil activa e extraordinária produção de sátira.

Memória histórica da ditadura ainda disponível em cidadãos vivos.

Factores de vulnerabilidade:

Normalização de conflitos de interesses como matéria de comunicação.

Lentidão entre suspeita, investigação e decisão.

Desigualdade económica que reduz a confiança na promessa democrática.

Partidos fechados, selecção de dirigentes por fidelidade e carreiras excessivamente dependentes do aparelho.

Ecossistema digital que recompensa indignação, boato e certeza instantânea.

Transformação de cada crise em entretenimento episódico, diminuindo a capacidade de aprendizagem institucional.

O principal perigo não é um golpe militar clássico. É a erosão paciente da confiança até ao momento em que uma parte significativa dos cidadãos aceite trocar controlo democrático por eficiência prometida.

Recomendações:

Acelerar a Justiça sem reduzir garantias.

Reforçar transparência patrimonial e registo de interesses.

Avaliar políticas por resultados públicos e comparáveis.

Proteger jornalismo de investigação.

Abrir partidos à sociedade e valorizar competência técnica.

Ensinar literacia cívica e mediática.

Preservar o humor, mas impedir que ele substitua a consequência.

Conclusão: a democracia portuguesa permanece corrigível. A manutenção desta propriedade exige uso regular.

POSFÁCIO

A Sátira como Higiene Democrática

Porque um país que pode rir do poder ainda conserva a possibilidade de o corrigir

A sátira política não existe para substituir a investigação, a Justiça ou o debate. Existe para fazer uma coisa que o poder detesta: reduzir a distância entre a solenidade com que se apresenta e o ridículo que por vezes produz.

Um discurso governamental pode reunir palavras grandiosas, gráficos ascendentes e promessas de futuro. A sátira aproxima-se, levanta o pano e pergunta quem reiniciou o servidor, quem respondeu ao cidadão e quem assumiu a decisão quando tudo correu mal.

Esse gesto não é antipolítico. Pelo contrário, pertence à tradição democrática. O poder sem humor tende a acreditar no próprio retrato. Começa por exigir respeito pelo cargo e termina a exigir reverência pela pessoa.

Portugal possui uma longa relação com o riso como defesa. O humor atravessou censuras, ditaduras, crises e governos. Quando não era possível dizer tudo, insinuava. Quando passou a ser possível, exagerou com gratidão.

Mas a sátira também deve reconhecer limites morais. Não pode transformar suspeita em culpa, diferença em crime ou erro em desumanização. A sua matéria legítima é o comportamento público, a contradição, o abuso de linguagem e a distância entre promessas e resultados.

Por isso, este livro utiliza personagens ficcionadas. António Sereno, Luís Montepardo e Marcélio são máscaras literárias, não biografias. Permitem reunir episódios, hábitos e mecanismos que ultrapassam qualquer indivíduo.

A personagem central é, na verdade, a própria República do Quase: livre, inteligente, fatigada, engenhosa e eternamente em fase de implementação.

O estrangeiro Afonso Quântico observa Portugal com espanto porque ainda não aprendeu a normalizar o absurdo. Essa é a função do olhar exterior. Mostra-nos que determinados hábitos não são leis naturais. São escolhas acumuladas.

Talvez a maturidade democrática comece aí: no momento em que deixamos de aceitar «sempre foi assim» como explicação e passamos a tratá-lo como confissão.

O humor não resolve o país. Nenhuma frase espirituosa constrói um hospital, acelera um tribunal ou conclui uma ferrovia. Contudo, pode impedir que a linguagem oficial esconda a realidade. Pode devolver nomes simples às coisas.

Um atraso é um atraso.

Um conflito de interesses exige esclarecimento.

Uma reforma só existe quando produz efeito.

Uma eleição não apaga perguntas anteriores.

Uma maioria relativa não é uma autorização divina.

E uma democracia não se mede apenas pela liberdade de votar, mas pela capacidade de aprender entre votos.

Se o leitor rir, o livro cumpriu metade da missão. A outra metade começa quando o riso deixa uma pergunta incómoda.

Nota final do autor

Portugal, República do Quase é uma obra de ficção política e sátira democrática. As personagens António Sereno, Luís Montepardo, Marcélio, Pedro Prudente, a Firma Filosofal e as instituições imaginárias são construções literárias. Embora reconhecíveis, não pretendem reproduzir integralmente pessoas, empresas ou acontecimentos concretos.

Os episódios combinam factos públicos, símbolos nacionais, exagero cómico e invenção narrativa. A sátira dirige-se aos mecanismos do poder, à cultura do anúncio, à fragilidade da responsabilidade e ao modo como a comunicação política transforma crises em encenação.

O livro não propõe desprezo pela democracia portuguesa. Pelo contrário, nasce da convicção de que uma democracia merece ser criticada precisamente porque pode ser corrigida. O humor retira solenidade aos governantes, mas preserva a dignidade dos cidadãos e das instituições que defendem a liberdade.

NOTA AUTORAL

A sátira não afirma que tudo falhou. Afirma que o país pode exigir muito mais de tudo aquilo que já provou ser capaz de fazer.

Uma democracia que aceita a crítica ainda está viva. Uma democracia que aprende com ela começa finalmente a amadurecer.

Nota de enquadramento factual

A cronologia ficcional da segunda parte inspira-se em acontecimentos públicos ocorridos entre 2025 e 2026. As fontes abaixo servem apenas para enquadramento histórico; os diálogos, documentos intercalares e interpretações literárias são da responsabilidade do autor.

- Queda do Governo na votação da moção de confiança, 11 de Março de 2025. Reuters. [Consultar fonte](#)
- Marcação oficial das eleições legislativas para 18 de Maio de 2025. Comissão Nacional de Eleições. [Consultar fonte](#)
- Mapa oficial dos resultados das eleições legislativas de 2025. Comissão Nacional de Eleições. [Consultar fonte](#)
- Indigitação de Luís Montenegro como primeiro-ministro do XXV Governo Constitucional, 29 de Maio de 2025. Presidência da República. [Consultar fonte](#)
- Debate do Estado da Nação e compromisso governamental de fazer mais, 16 de Julho de 2026. Governo de Portugal. [Consultar fonte](#)
- Decisão e desenvolvimento do Aeroporto Luís de Camões no Campo de Tiro de Alcochete. Governo de Portugal. [Consultar fonte](#)
- Projecto da Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa. Infraestruturas de Portugal. [Consultar fonte](#)
- Plano europeu para a ligação ferroviária de alta velocidade Lisboa-Madrid. Comissão Europeia, 30 de Outubro de 2025. [Consultar fonte](#)

FECHO EDITORIAL

Portugal não é uma república de ficção. Mas, por vezes, a ficção é a forma mais exacta de descrever o modo como a realidade se apresenta.

Fim da edição completa. O futuro permanece em aprovação.

COLOFÃO

PORTUGAL, REPÚBLICA DO QUASE

Ficção política e sátira democrática

Texto: Francisco Gonçalves

Edição editorial: Fragmentos do Caos · 2026

Composto em Georgia e Arial

80 páginas · Edição digital

ÚLTIMA FRASE

As boas democracias não chegam a uma versão final. Corrigem-se.

A República do Quase continua em actualização.